

4 de Dezembro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 88 / kz 400

Director-Geral
Evaristo Mulaza



Mário Mujetes © VE



DESPACHO DAS FINANÇAS

Antigos políticos sem salários

Um despacho recente do Ministério das Finanças determina a cessação automática das remunerações dos antigos ministros de Estado, ministros, secretários de Estado, vice-ministros e entidades equiparadas. A medida é justificada, entre outras razões, “com o novo quadro político”. Pág. 22

NORTE-AMERICANOS MANTÊM-SE, ENTRETANTO, NA JUSTIÇA

Sonangol aceita “negociação amigável” com a Cobalt

PETRÓLEO. A petrolífera norte-americana anunciou estar disponível para recuar no processo arbitral contra a Sonangol, a propósito do negócio dos 40% dos blocos 20 e 21, cancelado pela administração da companhia pública no ano passado. Fonte da Sonangol, agora liderada por Carlos Saturnino, garante que a empresa estatal também está interessada na “negociação amigável”. Pág. 18



Carlos Saturnino,
PCA da Sonangol

EMPRESA PREVÊ SOLUCIONAR MAIS DE 225 MIL MILHÕES DE KWANZAS

Recredit resolve malparado até fim de Dezembro

A empresa criada para gerir, inicialmente, o malparado da banca pública antecipa que, até ao fim de Dezembro, deverá resolver cerca de 225 mil milhões de kwanzas dos 300 mil milhões em falta. A concretizar-se a projecção, a Recredit terá recuado para 15% o malparado de um total inicial de 500 mil milhões de kwanzas. Pág. 15

Resultados do BAI crescem 20%

Os resultados do BAI devem crescer 20% este ano, segundo cálculos de Luís Lélis, o CEO interino do banco, ao VALOR. O gestor justifica a previsão de crescimento com um “excelente ano” que tem sido 2017, depois de, em 2016, o banco já ter registado um avanço nos lucros de 213% para os 49,7 mil milhões de kwanzas. Pág. 14

Moedas AKZ 116,7 Kz (+0) ▲ EUR 198,39 Kz (+2,03) ▲ LIBRA 222,55 KZ (+1,69) ▲ YUAN 25,22 Kz (+0,08) ▲ RAND 12,2 KZ (+0,32) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Editorial

EFEITOS E EQUILÍBRIOS

Não sobram dúvidas. As perspectivas que se colocam no plano económico, após três anos de uma avassaladora crise financeira e cambial, são animadoras. E não poderia haver melhor argumento para prová-lo do que os apoios externos ao novo ciclo político.

Na generalidade, o conjunto dos parceiros determinantes na inserção de Angola no mercado global encara com 'bons olhos' o que vai acontecendo no país. Os Estados Unidos da América, por exemplo, através da sua embaixadora cessante em Luanda, já em diversas ocasiões saíram em defesa da agenda de João Lourenço. Este encorajamento norte-americano, em particular, em termos futuros imediatos, só pode representar boas notícias e as razões são óbvias. Por um lado, faz adivinhar que o sonho do regresso do dólar norte-americano, a principal unidade de transacção e de reserva de valor internacional, pode tornar-se realidade mais breve do que se esperava. Afinal, ninguém caiu na conversa de que as restrições aos dólares que impuseram a Angola tivessem resultado exclusivamente de incumprimentos puníveis pelas autoridades monetárias estadunidenses. Basta lembrar os parceiros estratégicos norte-americanos no Médio Oriente que, apesar das acusações recorrentes de apoiarem o terrorismo, nunca se viram impedidos de aceder às

'notas verdes'. A relação de dois pesos e duas medidas, nesta matéria, é clara, mas queixar-se disso é o mesmo que cair em saco-rotto. Lamente-se ou não, a relação entre países assenta, sobretudo, no paradigma dos interesses e não da coerência.

Mas, além do tão desejado regresso dos dólares, o apoio da administração Trump tem o condão de criar o tal efeito osmose, capaz de precipitar uma leitura mais positiva dos 'players' internacionais sobre o país e a economia. É neste sentido, aliás, que se enquadram as diversas análises que antecipam um posicionamento melhorado de Angola nos mercados internacionais, no que se espera vir a ser a avaliação das agências de notação de risco.

A ansiedade que se coloca

agora é perceber-se até que ponto o poder político angolano terá complexidade suficiente para gerir as externalidades susceptíveis de gerar alguma instabilidade interna. Passa por perceber até que ponto João Lourenço manterá equilíbrios políticos que, simultaneamente, animem os investidores externos e afastem os receios de fracturas, com consequências na estabilidade interna e, por arrasto, no ambiente de negócios.

Mas a leitura de Alves da Rocha não pode ser deixada de parte. O que menos se deseja é que, ao fim de contas, mais do que uma verdadeira ambição de corrigir o que mal, o país tenha embarcado no pesadelo de ajuste de contas. O problema é o facto de que os que assim pensam encontram argumentos que, aparentemente, lhes dão razão.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Editor Online: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

27

3 PERGUNTAS A...

**Ermelinda Caliengue**

Dir. de Segurança Alimentar

Angola é auto-suficiente em produtos agrícolas?

Os níveis de produção já alcançados colocam o país numa situação confortável para alguns produtos alimentares, como a mandioca, batata-doce, hortícolas diversas. O país precisa de importar apenas aqueles produtos que não produz ou que tem ainda em baixa capacidade para os produzir a níveis suficientes.

Quais são as províncias mais afectadas pela insegurança alimentar?

Em termos geográficos, as mais afectadas são as que são mais vulneráveis aos efeitos negativos de eventos climáticos adversos: secas e inundações, como Cunene e algumas parcelas da Huíla e Namibe.

Há padrões que se devem obedecer para evitar produtos nocivos no mercado?

Existem padrões internacionais que permitem controlar os vários perigos a que os alimentos podem estar expostos, como os perigos biológicos, químicos e físicos. Além dos sistemas laboratoriais, é importante promover as boas práticas de higiene pessoal e alimentar para os produtores e para os que manuseiam produtos alimentares e que podem ajudar a prevenir contaminação alimentar.

TERÇA-FEIRA

A greve dos trabalhadores da empresa de Transportes Colectivos e Urbanos de Luanda (TCUL) foi suspensa pela comissão sindical, depois de uma reunião com o Ministério dos Transportes. A suspensão surge na sequência da exoneração da anterior gestão liderada por Freitas Neto e a nomeação do novo conselho.

QUARTA-FEIRA

Angola produz, anualmente, 25 mil toneladas de arroz, quantidade que está muito aquém das 400 mil toneladas importadas. Os dados foram avançados pelo secretário de Estado da Agricultura, Carlos Alberto, durante a 4.ª reunião do comité de coordenação conjunta (CCC) de projecto de desenvolvimento de cultivo de arroz em Angola.

QUINTA-FEIRA

A ARSEG instou, num encontro com as seguradoras, as empresas de seguro a apresentarem os pagamentos pendentes de resseguro, para serem apresentados ao BNA, de modo a sanar ou minimizar as dívidas com as resseguradoras internacionais.

SEXTA-FEIRA

Uma missão do Gabinete de Avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) começou a trabalhar, em Luanda, com o propósito de apreciar os resultados da actuação deste organismo em Angola. A missão é chefiada pelo director do referido gabinete, Donald Donavan.

SÁBADO

O governo do Bié prevê construir, em 2018, 45 moagens, nas 30 comunas, visando facilitar as populações na transformação da farinha de milho e outros derivados, segundo o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas, José Fernando Tchatuvela

DOMINGO

O presidente do Conselho de Ministros e chefe do governo italiano, Paolo Gentiloni, chegou a Luanda para relançar a cooperação no domínio económico entre Angola e Itália. A visita serviu ainda para o líder italiano manifestar apoio ao processo no país.

**SEGUNDA-FEIRA**

O ministro da Economia e Planeamento nomeou novos membros para o conselho de administração da TCUL, um dia antes da data marcada para uma greve anunciada pelos trabalhadores. Abel Cosme vai liderar o conselho de administração, substituindo Freitas Neto. Integram também o novo conselho Énio Costa, Hermínia Mac Mahon e Avelino Dala.

**COTAÇÕES****PSI-20 CONTRARIA PERDAS NA EUROPA**

As bolsas europeias encerraram, na última semana de Novembro, em queda, depois de duas sessões de ganhos, penalizadas pelas cotadas da construção e do sector alimentar. O índice de referência para a Europa, o Stoxx600, desceu 0,32% para 386,71 pontos. Entre as principais praças europeias, só Milão e Lisboa contrariaram a tendência negativa. O PSI-20 valorizou 0,21% para 5.363,07 pontos, animado pelo BCP, grupo EDP e CTT. O banco somou 0,98% para 25,75 cêntimos, a EDP ganhou 1,27% para 2,945 euros e a EDP Renováveis valorizou 0,53% para 6,85 euros.

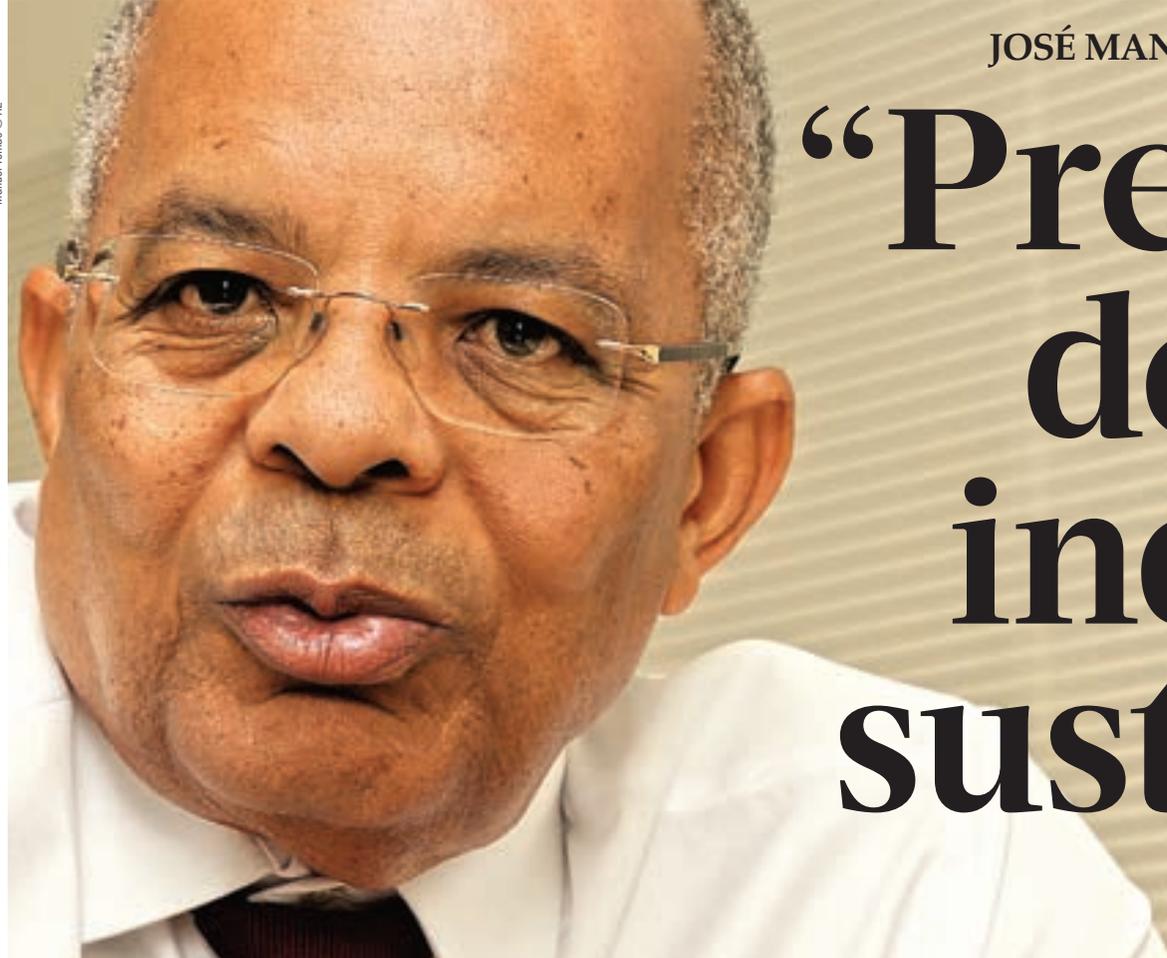
**BRENT EM ALTA COM PROLONGAMENTO DOS CORTES**

O petróleo fechou o penúltimo dia de Novembro a negociar em alta nos mercados internacionais, depois de os membros da OPEP terem acordado prolongar os cortes na produção por mais nove meses – até ao final de 2018 – na reunião que decorreu esta manhã, em Viena. Os membros do cartel estão agora reunidos com os outros países que assinaram o acordo em Novembro de 2016, incluindo a Rússia, para confirmar a extensão e delinear uma estratégia de saída. Nesta altura, o WTI caiu 0,05% para 57,27 USD, enquanto o Brent avança 0,62% para 63,50 USD.

Entrevista

JOSÉ MANGUEIRA, PRESIDENTE DA AIMCA

“Precisamos de uma indústria sustentada”



O presidente da Associação das Indústrias de Materiais de Construção de Angola defende que o sector não precisa de regressar ao passado recente para crescer, caracterizado pelo ‘boom’ generalizado, com destaque para o imobiliário. Aborda ainda os principais desafios da indústria no geral, classificando-a como “estando a recomeçar”, outra vez.

Por César Silveira

Vai no segundo mandato à frente da Associação das Indústrias de Materiais de Construção de Angola (AIMCA). Que balanço se impõe?

Estou no segundo mandato, sim, e cada mandato é de dois anos, o que significa que a associação tem mais ou menos três anos. Sou suspeito, entretanto, para considerar se o nosso balanço foi ou não positivo. Mas acho que sim. Começámos por agregar oito empresas e, neste momento, somos 17, sempre com o objectivo de proteger a produção nacional de materiais de construção. A nossa associação

prima para que todas as empresas estejam legalizadas, paguem impostos e tenham os salários dos trabalhadores em dia. Procuramos produzir sempre dentro dos melhores parâmetros de qualidade e que estejam em conformidade com as indústrias de materiais de construção da melhor qualidade que há no mundo.

Mas o número de associados, face à quantidade de operadores do sector, parece pequeno. Concorda?

Estamos a crescer com qualidade, temos empresas não só da capital, mas também do Lubango, Catumbela e outras províncias. Somos uma associação de âmbito nacional mesmo também porque as nossas empresas têm esta abrangência, os seus produtos são vendidos para as diversas províncias. A adesão é voluntária. As empresas que têm algum benefício aderem, as que

Não estamos satisfeitos com a importação de materiais que produzimos, uma vez que os nossos têm a qualidade que as obras exigem. Achamos que devem utilizar os materiais produzidos por nós.

acham que não há não aderem. **E há efectivamente benefícios práticos? Quais?**

Este processo associativo foi impulsionado pela ministra da Indús-

tria que, devido à situação grave da economia, achou que os seus interlocutores estivessem agrupados. Daí que houve a necessidade de fazer estas associações por ramos de actividade, como a associação das indústrias das bebidas e/ou dos cimentos. Há mais-valias, entre as quais podemos destacar o facto de sermos interlocutores do grupo, o que nos permite levar os problemas de todos, que vão desde a falta de divisas à discussão sobre o imposto de consumo ou sobre a pauta aduaneira. Há também a troca de experiências a nível tecnológico entre as diversas empresas.

Não faria mais sentido as indústrias cimenteiras integrarem a AIMCA? Porquê uma associação diferente?

A Associação das Indústrias Cimenteiras de Angola surgiu antes da AIMCA. Na altura, tive-

ram a necessidade de se defender da importação desregrada do cimento. Quanto à possibilidade de integrar a AIMCA, é um problema de ‘timing’.

Quando citou “os problemas”, não se referiu à coabitação dos produtos locais com os importados. O que se passa?

Não estamos satisfeitos com a importação de materiais que nós produzimos, uma vez que os nossos materiais têm a qualidade que as obras exigem. Achamos que devem ser utilizados os materiais produzidos por nós. Demos o nosso contributo na nova pauta aduaneira para que a importação destes produtos seja sobrecarregada de impostos.

Mas há mesmo produção local suficiente que justifique esse protecção?

Sim, temos materiais com produ-

“Não precisamos de voltar para aquele período em que havia muito dinheiro, fizeram-se muitos prédios e agora estão, por aí, muitos vazios. Não é o que se quer.”

ção nacional interessante. Produzimos o varão de ferro, temos fábricas de tijolos, blocos, tintas, carpintarias. Há uma série de produtos necessários para a construção que são feitos localmente. O que se passa são duas coisas. Por um lado, face à situação crítica das divisas, temos muitas fábricas grandes que não conseguem adquirir as matérias-primas importadas. Por outro, temos muitas empresas que, quando houve o ‘boom’ do petróleo, foram renovadas, ampliadas (algumas ainda em fase de ampliação) e ficaram a dever aos fornecedores, por isso não têm dinheiro para importar a matéria-prima. Temos ainda o problema do imposto do consumo. O nosso produto é matéria-prima para os outros, e, nesta qualidade, não é taxado, porque, se eu importar a matéria-prima, não pago o imposto de consumo. São estas situações que tornam a nossa produção, algumas vezes, mais cara, quando comparada aos produtos importados.

No país, há um histórico de sectores que defenderam a protecção e, quando beneficiaram desta, não conseguiram atender o mercado. Não há mesmo o risco com os materiais de construção?

Nós defendemos que o Estado deve taxar fortemente apenas aqueles produtos que nós produzimos. Por exemplo, não precisamos de importar tintas, mas precisamos de importar a matéria-prima para fazer a tinta.

Qual é a capacidade de produção de tinta do país?

Não lhe consigo dizer agora, mas temos duas empresas na associação, a Timicor e a Toptech. É triste ver, nas grandes superfícies, tintas importadas, é isto que não achamos correcto.

Mas essas duas empresas estão em condições de atender as necessidades do mercado, em quantidade e qualidade?

Uma coisa é importar matéria-prima e outra é importar o produto acabado. Temos de diferenciar as duas coisas. O produto acabado tem de ser taxado e a matéria-prima não. Se eu tiver uma fábrica pequenina e importar a matéria-prima em condições favoráveis, vou crescer, mas, se me disserem que a tua fábrica é

pequenina por isso não precisamos de proteger-te, estaremos a matar o negócio e o objectivo não é este, mas sim proteger estas empresas.

Além das tintas, quais são os outros produtos que não precisamos de importar?

São muitos produtos. Não consigo adiantar com detalhes, mas posso dizer, por exemplo, os tijolos, blocos, o próprio cimento e os ferros.

Como se deve resolver a situação das empresas que, segundo disse, se endividaram por altura do ‘boom’ do petróleo para renovar as unidades?

Deveria estudar-se pontualmente cada caso e chegar-se a um acordo com o investidor. Certamente, o Estado não tem meios, nem fundos para resolver as situações de todos. É preciso definir quais as fábricas prioritárias e ajudá-las a concluir os seus processos no sentido de laborarem perfeitamente, porque estas fábricas todas criam mais-valias para o país.

E como as unidades da associação estão a sobreviver à dificuldade de importação pela escassez de divisas?

Temos empresas do sector da construção que já pararam. É o caso da Condel que, por acaso, não é membro da associação, mas já é do conhecimento público. Há outras a trabalhar no mínimo da sua capacidade, como é o caso da Socolas, que é da associação.

Prevê mais fábricas a fecharem ou é mais optimista em relação ao futuro imediato?

Pensamos que esta situação é transitória. O Executivo está a fazer todo o esforço para que, no princípio do próximo ano, as coisas estejam bem. Não podemos ser muito pessimistas. Agora, quanto tempo mais cada uma das empresas aguentaria, vai depender muito da realidade de cada uma.

Algumas podem aguentar meses e outras, anos. Todos sabemos que o país tem dificuldades, há um Executivo novo que dá esperanças que esta situação seja resolvida. Foi dito que haverá divisas. Poucas ou muitas, não sei, mas, dentro das limitações, se forem bem distribuídas, todos os sectores vão subir, não com a velocidade que a gente quer, mas gradualmente.

Quando houve o boom do petróleo muitas empresas foram renovadas, ampliadas, algumas ainda estão em fase de ampliação e ficaram a dever os fornecedores, não têm dinheiro para importar a matéria-prima.



Mário Muijes © AE

Tem noção de quanto o grupo de empresas da associação precisa em termos de divisas, em média?

Não lhe consigo dizer, teria de solicitar atempadamente estes dados. Quem tem esta noção é o Ministério da Indústria que tem o plano de necessidades das empresas.

Além das que já citou, quais são as outras grandes preocupações com que se deparam os membros da associação?

Já falei da falta de divisas. Outra coisa é a existência, no mercado, de empresas que não estão legalizadas. Vai-se a qualquer esquina e encontram-se empresas a fazer blocos, vigotas ou a vender algum material que a gente não sabe de onde vêm. Uma coisa que nos preocupa muito é que nós procuramos trabalhar sempre em conformidade, de maneira a que os nossos produtos tenham qualidade para a satisfação do mercado, mas não podemos falar das outras pessoas. E o cliente, muitas vezes, adquire este material. Queremos que o Estado nos ajude a combater esta situação.

Mas é um fenómeno difícil de combater por diversas razões. Concorda?

Tem de haver maior fiscalização por parte do Estado. Estamos dispostos a ajudar as autoridades. Indicámos certos aspectos que deveriam ser considerados aquando da abertura dos concursos com as empresas todas para o fornecimento de materiais. Deve exigir-se esses documentos de base sobre o estado legal das empresas. Outra coisa é termos, a nível do Estado, laboratórios mais fortes para poder garantir que todos os produtos utilizados nas construções estão dentro dos parâmetros definidos pelo país.

Como está projectada a associação para os próximos 10 anos?

Dez anos é muito tempo. Mas esperamos que seja uma associação forte e que continue a seguir os princípios que tem agora: trabalhar com qualidade, com as últimas normas e procedimentos que estamos agora a definir como base. Estamos a tentar que as nossas empresas sigam os euro-códigos, que inspiram a construção em quase todo o mundo.

Neste momento, a tentar adoptar estas normas desde as fundações aos produtos utilizados, à maneira de fazer cálculos. Vamos adoptá-las, tendo em conta as nossas particularidades e condições. Se passarmos a utilizar estas normas e a crescer gradualmente, procurando utilizar estes princípios, seremos uma associação forte.

Somos 17 empresas, até ao final do ano, vamos ter mais duas, e, para o ano, mais cinco ou seis.

É um sector aliciante, considerando a realidade angolana?

O país todo funciona num conjunto. As empresas têm os seus produtos, se estes forem utilizados (tendo qualidade e estando dentro das normas), e, se taxarem a importação de produtos semelhantes aos nossos e ainda se tivermos isenção do imposto do consumo, é um negócio normal. As empresas ficam protegidas e depois é a lei do mercado.

Num passado recente assistimos a um ‘boom’ na construção que foi, certamente, bom para as indústrias de materiais de construção. Acredita que voltaremos a esses tempos?

Não precisamos de voltar para aquele período em que havia muito dinheiro. Fizeram-se muitos prédios e agora estão, por aí, muitos vazios. Não é o que se quer. Precisamos de uma indústria de construção que seja sustentada. Normalmente, há os planos de crescimento e a indústria de materiais de construção acompanha este plano.

As empresas de materiais locais têm conseguido vender para as grandes obras públicas?

Vende-se para estas obras. O cimento que se vê nas pontes é angolano, assim como os ferros.

Como olha para a relação da banca com este sector?

Tenho a impressão de que a banca olha para estas empresas como clientes, não há nada de especial. Algumas empresas têm mais ou menos nome na banca, algumas são mais novas e outras mais velhas e deve haver empresas que têm melhor tratamento com o banco A e outra com o B. São relações entre empresas. Nós, associação, temos alguma relação com o banco onde temos conta, mas não sabemos se isto pode ou não facilitar alguma relação das empresas com este banco. Todas as empresas solicitam financiamentos aos bancos e, normalmente, têm de recorrer ao apoio do Ministério da Indústria para conseguirem as divisas.

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Mas...

Mas, antes de outra pergunta, gostaria de falar de outra dificuldade. Temos, em Angola, uma preocupação que não existe no resto do mundo, que é a preocupação com a água e a energia. Quase todas as empresas produzem buscando água nas cisternas. Todas produzem com gerador e estas situações todas fazem com que os nossos produtos cheguem a ser mais caros que os importados.

Se o Estado criar condições para que haja abastecimento de água e energia, o custo de produção baixa. Baixando o custo de produção e havendo a isenção do imposto do consumo, os nossos produtos são competitivos. Temos estado a assistir ao esforço para a diversificação com plano de exportar para a SADEC. É tudo muito bonito falar, mas, na prática, é difícil, não só por causa destes dois pontos a que me referi, mas também pelo facto de as nossas fábricas se encontrarem todas no litoral e Angola é muito extensa. Para transportar um produto que é feito em Luanda para a Namíbia tem de se fazer mais de mil quilómetros em estradas péssimas, o que quer dizer que teríamos custos altos também com o transporte. Os nossos chegariam aos países limítrofes a preços muito elevados. Tudo isto são coisas que devemos analisar, temos de pensar na deslocalização das fábricas para junto das fronteiras, mas também é difícil porque, nestas zonas, não há luz, nem água. Estamos limitados não só pela situação geográfica das nossas fábricas, mas também pelos altos custos de produção.

Está a dizer que não estamos em condições de aderir, por exemplo, ao comércio livre na região? Parece-me que este é um caminho. Só temos uma maneira para nos defendermos: é produzir melhor, mais barato e com qualidade. Assim, talvez consigamos combater os produtos que vierem dos países vizinhos porque eles também terão custos de transportes e outros associados para os produtos que trarão para o país.

Considera fáceis de combater, no curto prazo, os constrangimen-

Quase todas as empresas produzem a ir buscar água nas cisternas, todas produzem com gerador e estas situações todas fazem com que os nossos produtos cheguem a ser mais caros que os importados.

É difícil investir em Angola. É necessário mudarem-se muitas regras e, depois, é necessário aqueles trabalhos de casa que o estado tem que fazer.

tos da falta de água e luz?

Acho que sim. Criámos Laúca, a maior barragem, mas não estamos a ver a energia. O Estado fez investimento em água no Kikuxi e outros projectos, mas falta a distribuição. São situações que podem ser resolvidas. Criámos as infra-estruturas, temos de fazê-las funcionar. Não podemos toda a hora viver em situações em que vemos projectos como Laúca a serem inaugurados e continuamos sem luz.

Não acredita na solução destes problemas por via dos projectos dos polos industriais e zonas económicas especiais?

Há ou houve o projecto de se criarem os polos industriais. Em princípio, cada província teria o seu pólo. Não sei onde nos pode levar,



Manuel Tomás © AE

PERFIL

Homem dos petróleos emprestado à construção

Formado em Engenharia de Minas, em 1979, pela Universidade Agostinho Neto, o actual presidente de direcção da Associação das Indústrias de Materiais de Construção de Angola é administrador da Mota-Engil Angola em representação da Sonangol, respondendo pelo pelouro ligado às indústrias de materiais de construção. Entrou na petrolífera nacional por via da aquisição pela Sonangol da então Fina Petróleos de Angola, numa altura em que esta tinha a denominação de Petrangol. Também já representou a petrolífera no conselho de administração da Sonagalp. Tem ainda um mestrado sobre Engenharia de Tecnologia e já foi director Nacional dos Petróleos.

mas, pessoalmente, não confio muito no desenvolvimento destes pólos, porque faltam coisas de base, que são a água, luz, esgotos, etc. Quando olhamos para os pólos que existem ou projectados, não há lá nada, são as próprias empresas

que têm de levar a água e geradores aos mesmos. Há uma série de trabalhos que deveriam ser feitos pelo Estado.

Não será que os investidores é que não estão a conseguir explo-

rar estas estruturas?
Quais investidores?

Os que estão na Zona Económica de Luanda, Viana, por exemplo...

Há algum investidor por lá? O investidor é o mesmo, é a Sonangol. O outro problema é a criação de indústrias que não são necessárias no mercado, porque não têm mercados para funcionar. Depois, na Zona Económica, há uma coisa engraçada, as fábricas estão ali, mas o comprador final não tem acesso às fábricas, é preciso ter licença e isto não funciona. Falta o ponto de venda dos produtos. Aquelas fábricas não podem estar isoladas, têm de vender. As fábricas não podem ser feitas para vender só para outras fábricas, só as pessoas especiais é que têm acesso, não pode ser. Falta a comercialização daqueles produtos, aquelas instalações são de luxo.

Investir em Angola ainda é um acto de heroísmo?

É difícil investir em Angola. É necessário mudarem-se muitas regras e, depois, são necessários aqueles trabalhos de casa que o Estado tem de fazer.

Que conselhos daria para melhorar o quadro do sector?

Primeiro, como já disse, seria melhorar as condições mínimas de fornecimento contínuo de água e de luz. Isto é básico. Se não conseguirmos, nunca conseguiremos ter custos competitivos em nada e, não tendo estes custos competitivos, qualquer investidor recua. Se vir os projectos, um dos custos mais elevados é com a energia e água que, em princípio, deveriam ser fornecidos.

Em resumo, como caracteriza o sector industrial?

Está a recomeçar. Temos muitas instalações grandes, principalmente as fábricas que vieram no tempo colonial. Muitas têm o mesmo equipamento e não funcionam. Muitas têm carolas que vão fazendo qualquer coisa, algumas com qualidade e outras sem, mas está a recomeçar. Há que se pensar ou recomeçar de forma sustentável. Existe indústria no país, sempre existiu com altos e baixos, mais baixos que altos, mas é necessário pensar-se numa coisa de continuidade e progresso.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



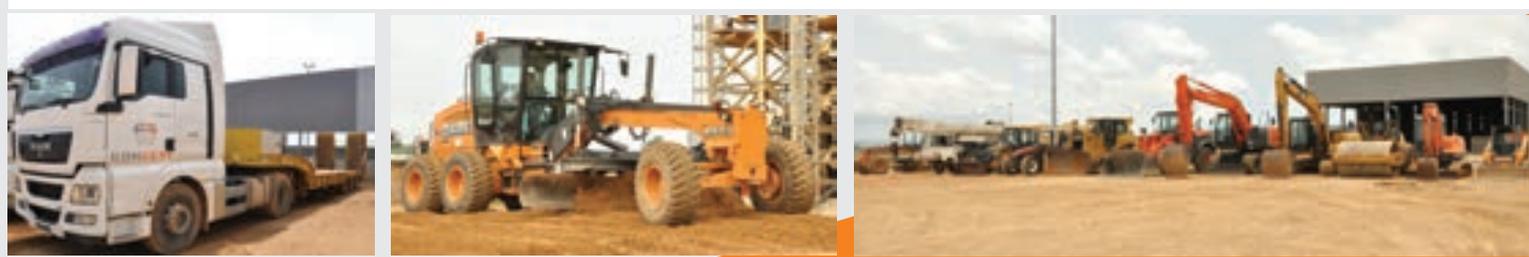
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

TRANSPORTE DE MINÉRIOS JÁ A PARTIR DE DEZEMBRO

RDC dá 'luz verde' aos CFB

Esta linha deverá garantir o transporte anual de 20 milhões de toneladas de carga.



SECTOR FERROVIÁRIO. Presidente congolês deu garantias a Angola de que os Caminhos-de-Ferro de Benguela poderão transportar minério da RDC, já a partir deste mês. Atraso deve-se apenas à finalização de pequenas obras no troço, que passa pelo território da RDC.

Por António Nogueira

O primeiro carregamento de mangânês, oriundo da República Democrática do Congo (RDC), através do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), poderá já arrancar no próximo dia 14 de Dezembro, admitiu o presidente da RDC, Joseph Kabila, durante a visita que o ministro dos Transportes, Augusto Tomás, efectuou recentemente àquele país, revelou, ao VALOR, fonte da instituição angolana.

Em Julho deste ano, esta intenção já tinha sido anunciada pelo então administrador para a área técnica dos CFB, Luís Teixeira, tendo afirmado, em declarações à imprensa, que a empresa

angolana passaria, num curto espaço de tempo, a transportar os produtos provenientes das minas de Catanga, na RDC, para serem escoados via Porto do Lobito.

A efectivação do processo estaria a depender de um acordo comercial entre os dois governos, algo que terá sido já dirimido no encontro que o ministro dos Transportes angolano manteve com o estadista congolês.

Augusto da Silva Tomás deslocou-se a Kinshasa, na qualidade de enviado especial do Presidente da República, João Lourenço, tendo sido recebido em audiência pelo chefe de Estado congolês, Joseph Kabila, a quem entregou uma missiva do homólogo angolano, inscrita no reforço da amizade e cooperação bilateral, com particular ênfase para a dinamização da ligação ferroviária entre ambos os países, mediante o uso do CFB.

Durante o encontro, o presidente

18,3

Mil milhões de dólares é o valor investido na construção da malha ferroviária do CFB entre Luau, Moxico, e a fronteira com a RDC.

30

Horas é o tempo que o comboio inaugural do CFB levou para percorrer o troço de 1.300 quilómetros entre Luau e a vila na fronteira com a RDC.

congolês referiu que, numa primeira fase, parte do ramal que está mais próximo do seu território “está a beneficiar de pequenas intervenções, enquanto se trabalha, também, na recuperação da linha-férrea, por troços”.

Para o ministro dos Transportes angolano, o acordo assinado em Kinshasa entre o Caminho-de-Ferro de Benguela e a Sociedade Nacional dos Caminho-de-Ferro do Congo

(SNCC) vai permitir que os dois povos tenham maiores benefícios económicos e financeiros e uma grande redução de custos para as empresas mineiras.

O Governo angolano já reabilitou 1.344 quilómetros de linha férrea no CFB, além de ter já construído 67 estações entre especiais, de primeira e de segunda classes. Foram também reabilitadas oficinas e adquirido material circulante, segundo dados oficiais.

Augusto Tomás fez saber igualmente, durante o encontro com o presidente Joseph Kabila, que foram já construídos três centros de formação profissional, “que podem também estar à disposição das autoridades congolezas e da SNCC”.

O acordo comercial entre o CFB e a SNCC estabelece os termos de utilização conjunta da linha férrea entre os dois países e foi assinado em Kinshasa a 15 de Novembro pelo presidente do conselho de administração interino do CFB, Luís Teixeira, e o director-geral da SNCC, Ilunga Ilunkamba, na presença de José Makila Sumanda, vice-primeiro ministro encarregado dos transportes e vias de comunicação da RDC, e de Augusto da Silva Tomás, ministro dos Transportes de Angola.

PONTO MAIS ALTO

O ponto mais alto na história da empresa do CFB, nos últimos anos, deu-se a 14 de Fevereiro de 2015,

quando o ex-chefe do Estado angolano, José Eduardo dos Santos, na presença de Joseph Kabila, pela RDC, e Edgar Chagwa Lungu, pela Zâmbia, descerrou a placa de inauguração da estação do Luau, pondo fim a uma paralisação de cerca de 32 anos da circulação do comboio nesta região.

A viagem inaugural do comboio do CFB até à vila na fronteira com a RDC ocorre, no entanto, neste período, numa viagem que durou cerca de 30 horas, para percorrer mais de 1.300 quilómetros.

A obra da infra-estrutura, concluída em 2014, esteve a cargo da empresa China Railway Construction Corporation (CRCC), tendo implicado um investimento avaliado 1,83 mil milhões de dólares.

A construção desta linha iniciou-se a 01 de Março de 1903, durante a colonização portuguesa, e ficou concluída cerca de 26 anos depois. Contudo, a guerra civil que se registou provocou a destruição das infra-estruturas, com o comboio a deixar de chegar à fronteira em 1983.

A ligação entre o Lobito e Luena, a capital do Moxico, foi restabelecida em 2012, sendo o transporte de passageiros sido alargado até ao Luau.

Esta linha deverá garantir o transporte anual de 20 milhões de toneladas de carga e de quatro milhões de passageiros, segundo os dados oficiais. Posteriormente, deverá avançar também a ligação férrea com a rede da RDC, sendo conhecido um projecto na Zâmbia que permitirá a interligação com Moçambique.

PAPEL DO GOVERNO CONGOLÊS

Para o economista António da Conceição, para viabilizar economicamente todo o corredor infra-estruturado de desenvolvimento do Lobito, caberá agora ao governo congolês estar “mais galvanizado e motivado” para avançar com o projecto de reabilitação dos 427 quilómetros do troço que compõe a parte congoleza do ramal.

Com a assinatura do acordo entre os dois países, o economista espera uma “diminuição significativa” dos custos de logística dos países e regiões encravadas da África Austral, tanto nas importações como nas exportações de mercadorias.



O LANÇAMENTO do satélite angolano está a chamar a atenção de empresas brasileiras com investimentos nas telecomunicações, revelou o presidente da Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN).



A TAXA DE CIRCULAÇÃO para veículos automóveis e motociclos em circulação em 2017 é cobrada de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2018, com valores que vão dos 850 aos 15.350 kwanzas, segundo Decreto Ministério das Finanças.

PROJECTO DE LEI AGUARDA APENAS A APROVAÇÃO

Administração Geral Tributária cria operador ‘especial’ sem dívidas

COMÉRCIO. Conceito de operador ‘especial’ já funciona na Europa e em alguns países africanos e vai entrar em Angola. Concorrem para esse estatuto empresas sem dívidas ao fisco e sem infracções aduaneiras “significativas” nos últimos cinco anos.

Por Isabel Dinis

A

Administração Geral Tributária (AGT) vai implementar o programa denominado Operador Económico

Autorizado (OEA), que visa facilitar os exportadores e importadores nacionais a acelerar procedimentos administrativos, ‘livrando-se’ de processos burocráticos.

O projecto de lei, que traz para Angola esse conceito, já foi concluído, restando apenas a aprovação para a posterior entrada em vigor, explicou o chefe de departamento

de tarifas da AGT, Santos Mussano, durante um evento em que foram abordadas as exportações.

A figura do operador especial já vigora em muitos países da Europa e em alguns de África, sendo parte de uma convenção da Organização Mundial das Alfândegas, que visa facilitar o comércio. Concorrem para esse estatuto os operadores sem dívidas ao fisco, sem infracções aduaneiras significativas nos cinco anos imediatamente anteriores ao ano de adesão. Para poderem aderir a esse procedimento aduaneiro especial, as empresas vão ser submetidas a um concurso livre. A AGT, após o processo, realiza vistorias e procede à selecção dos operadores que considera de “confiança”.



Santos Mussano, chefe de departamento de tarifas da AGT

Segundo o responsável da AGT, o projecto prevê que, em todas as delegações e postos aduaneiros, haja técnicos especializados para tratar apenas das exportações e importações. “Quando o operador for de confiança, não

precisaremos de verificar a sua mercadoria depois de aprovada a lei. Pode pagar depois do processo e aceitarmos até declarações verbais. Por ser mesmo uma empresa de segurança”, garantiu Santos Mussano.

Mundialmente, a figura do OEA começou a ser implementada em 2005 e está presente em mais de 70 países, com todos a seguirem as directrizes estabelecidas pela Organização Mundial das Alfândegas.

EXPORTAÇÕES ISENTAS

Santos Mussano considerou ainda que a nova versão da pauta aduaneira também prevê facilitar a exportação. “Ao exportador apenas vamos exigir o básico, como documentos de transporte para o cálculo das taxas de serviços que a AGT cobra. Os demais poderão ser apresentados em 30 dias.”

A exportação da mercadoria nacional passa a ser, na nova Pauta Aduaneira, isenta de taxas, mas a reexportação vai ficar agravada em 20%, como tributo por se vender noutros países bens importados por Angola. Esta taxa de reexportação passa a ser unicamente ajustável aos produtos nacionalizados. O Governo rejeita a ideia de protecção e lembra que é apenas aplicável aos produtos importados por Angola quando forem exportados e não à produção nacional. Para promover as exportações nacionais, a taxa vai passar dos actuais 1% para os 0,5%.



SEGUNDO A AGT

Receitas do IPU abaixo do esperado

A

arrecadação de receitas provenientes do pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) esteve

7% abaixo do nível esperado conforme estimativas do Orçamento

Geral do Estado (OGE) de 2017.

Segundo a administradora da Administração Geral Tributária (AGT), Conceição Marcos, foram arrecadados mais de 27 mil milhões de kwanzas, nos últimos dez meses deste ano, com a cobrança do IPU, apresenta um “ligeiro” aumento de 1% em relação ao período homo-

logo do ano passado.

Ao discursar na abertura da Conferência sobre ‘Tributação do Património Imobiliário’, em Luanda, Conceição Matos fez saber que actualmente muitas são as construtoras e promotoras de venda de edifícios que procedem à venda dos respectivos apartamentos sem prévia inscrição dos

imóveis na matriz. Lembrando aos promotores imobiliários que todos os imóveis estão sujeitos à inscrição e à tributação em IPU, logo que concluídos, ocupados ou com licença de utilização emitida.

Segundo a legislação tributária em vigor, todos os imóveis em que o valor de avaliação patrimonial for igual ou inferior a cinco milhões de kwanzas estão isentos desta taxa, enquanto os imóveis cujo valor é superior a cinco milhões de kwanzas é tributado uma taxa de 0,5 por cento pelo excesso.

Economia/Política

ISENÇÃO DE VISTOS COM A ÁFRICA DO SUL E MOÇAMBIQUE

Turismo quer mais medidas

VISTOS. Acordos de supressão de vistos com a África do Sul e Moçambique entraram em vigor em Dezembro. Operadores turísticos defendem medidas adicionais para estimular o sector e que atraiam mais turistas africanos e de outras regiões.

Por António Miguel

O turismo vai ser o “principal beneficiário” do impacto dos acordos de supressão de vistos recíprocos em passaportes ordinários, que Angola assinou, recentemente, com a África do Sul e Moçambique, admitem vários operadores que avisam, no entanto, que o protocolo, por si só, “não é determinante para o desenvolvimento do sector”.

Os agentes lembram que há mais de 10 anos que Angola e Namíbia assinaram um acordo de isenção mútua de vistos, sendo, no entanto, “quase nula” a entrada de turistas namibianos. “Os angolanos gastam dinheiro na Namíbia, mas os namibianos não vêm gastar dinheiro a Angola”, observou a presidente da Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola (AAVOTA), Catarina Oliveira.

Segundo especialistas, para que os acordos de isenção de vistos estimulem o turismo, são necessárias mais medidas, como a redução de preços dos bens e serviços. “Os jornais, a nível internacional, dizem que Luanda é a cidade mais cara do mundo. Por mais

que haja supressão de vistos, os turistas não vêm. Estas coisas desestimulam o namibiano a vir para Angola”, argumenta Catarina Oliveira.

Por sua vez, o presidente da Associação de Hotelaria de Benguela, Jorge Brito, além de defender a redução dos preços de hotéis, restaurantes e ‘rent-a-car’, aponta ainda a necessidade de se investir na segurança das fronteiras e dos próprios turistas. “A operação turística faz-se com projectos. Antes de abrir as portas, temos de saber quem vai entrar. Uma coisa é vir com máquina fotográfica e o cartão de crédito, outra coisa é vir com paus e picaretas para garimpar o diamante. É preciso diferenciar estes tipos de turistas”, alerta.

Jorge Brito defende ainda que o Governo crie incentivos aduaneiros na importação de alguns bens e serviços ligados ao turismo. “Só a supressão de visto não é determinante. Temos de ter outros engodos”, sublinha, lamentando também os “altos custos que os hotéis e restaurantes de Benguela têm com os combustíveis para os geradores”.

Já o presidente da Associação de Operadores e Promotores de Turismo da Huíla (Hotur), João Lopes, entende que, “do ponto de vista estratégico, o Executivo fez muito bem em dar importância máxima à África Austral para depois estudar outros mercados”, referindo-se ao facto de os três

3

Países (África do Sul, Moçambique e Namíbia) têm acordos com Angola de isenção de visto em passaportes ordinários.

MEMORIZE

● **ALGUNS PAÍSES** que têm acordos de facilitação de vistos com Angola, como França e Brasil, acusam as autoridades angolanas de não honrar os compromissos assumidos. O Governo assinou recentemente um acordo de supressão de vistos com a África do Sul. Desde a fundação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Julho de 1996, que se discute a possibilidade de haver acordos especiais para facilitar a circulação de pessoas e bens entre países lusófonos, sem, no entanto, ter havido passos concretos.



Turistas provenientes dos três países com os quais Angola tem protocolo

	2006	2007	2008	2009	2010	2015
África do Sul	9.648	13.328	15.476	25.803	29.217	49.424
Namíbia	700	887	1.174	1.225	3.506	61.505
Moçambique	830	6.227	1.400	1.550	3.089	5.644

países com os quais Angola assinou acordos pertencerem à região. Mas aponta outras barreiras que devem ser superadas, como a formação de recursos humanos. “É um processo que tem de ser bem estruturado. Não é só abrir portas, temos de saber como receber”, reforça.

TURISMO FRACO NO SUL

Tanto o operador da Huíla como o de Benguela fazem um balanço negativo do dinamismo turístico

e hoteleiro, deste ano, nas respectivas províncias. O presidente da Associação de Hotelaria de Benguela, por exemplo, estima em menos de 20% a taxa de ocupação dos hotéis nas terras das ‘Acácias’. E lamenta que os operadores estejam com dificuldades financeiras para fazer face aos desafios. “Nenhuma casa de espectáculos de Benguela consegue pagar o ‘cachet’ que um artista angolano conceituado pede”, queixa-se.

O PRESIDENTE da associação nacional de produtores de sal, Odílio Silva, defendeu, no passado dia 30 de Novembro, no município da Baía Farta, província de Benguela, a necessidade do Executivo definir quotas para importação do sal, visando absorver o produto nacional.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA REFORÇA QUE O DESPACHO É PARA CUMPRIR

Têxteis regressam mesmo ao Estado

INDÚSTRIA. Governo garante que as três fábricas vão passar para as mãos do Estado “a qualquer momento”. Prazo imposto pelo Estado já foi ultrapassado. Das três unidades, duas continuam a funcionar.



Por José Zangui

O processo de devolução ao Estado da Alassola, Textang II e a Satec vai mesmo ser efectivado e pode acontecer “a qualquer momento”, garantiu, ao VALOR, o secretário de Estado da Indústria, Ivan Prado. Até lá, as fábricas continuarão a funcionar sob gestão privada. 30 de Setembro era a data limite imposta para que as três unidades fossem devolvidas ao Estado, de acordo com um despacho do Ministério da Indústria. “O despacho da ministra deve ser cumprido, ou seja, as unidades

devem ser devolvidas ao Estado a qualquer momento. Há um trabalho que está a ser feito neste sentido”, reitera Ivan Prado.

Apesar de o despacho ser de Setembro, o cenário mantém-se. A Textang II continua a produzir e a Alassola, de Benguela, ainda em Novembro efectuou a sua segunda exportação para Portugal. O presidente do conselho de administração da Alassola, Tembwa Mukaz, garante que as exportações vão continuar e que o despacho da ministra está a “ser tratado internamente”, mas sem avançar mais detalhes sobre o processo.

A Satec, no Dondo, por sua vez, mantém-se paralisada, tendo funcionado apenas na fase experimental. Os cerca de 150 trabalhadores formados, depois da fase de testes, foram convidados a esperar “por

3

Unidades têxteis reabilitadas e modernizadas devem ser mesmo devolvidas ao Estado.

segundas ordens”, segundo fontes da empresa.

O despacho da ministra da Indústria, Bernarda Martins, determinava que as três empresas entregassem as instalações, os activos móveis e imóveis em boas condições de conservação, considerando o investimento feito pelo Estado.

O documento revogou o termo anterior, de entrega e promessa de

concessão de direitos de superfície, assinado em Setembro de 2013. No despacho, Bernarda Martins argumentou que, na adjudicação e celebração dos contratos, se associaram entidades que não participaram no procedimento pré-contratual, o que torna a Mahinajethu, Alassola e a Nova Textang II “partes ilegítimas da relação jurídico-jcontratual”.

As três unidades resultaram de um investimento de cerca de 1,2 mil milhões de dólares de uma linha de financiamento do governo japonês e foram inauguradas em Julho de 2016, tendo como objectivo o reinício da indústria têxtil, depois de quase 15 anos de paralisação.

Do financiamento do Banco de Cooperação Internacional do Japão, 410 milhões de dólares foram investidos na Satec, 235 milhões na Textang II e 480 milhões na Alassola.



CEA cria observatório de empresas

A reunião alargada da Confederação Empresarial de Angola (CEA), realizada quinta-feira, em Luanda, decidiu entre outros pontos, a criação do Observatório da Economia Real que vai juntar empresários, académicos e outros membros da sociedade civil, com especialidades diferentes, com vista a produzir informações sobre o sector empresarial angolano para divulgação, através de comunicado que passa a ser divulgado todos os finais do ano, uma espécie de “estado da nação” sobre o sector empresarial.

De acordo com o presidente da CEA, Francisco Viana que prestou a informação, em conferência de imprensa, outro observatório, o “Empresarial Angola-China” também deve ser criado, justificando que, Angola tem uma dívida significativa para com aquele país asiático e por isso, no novo contexto que o país atravessa é necessário que os empresários encontrem formas para que essa cooperação seja favorável a Angola.

A reunião alargada da direcção da CEA teve como objectivo reunir os filiados para traçar a estratégias de como trabalhar com o novo governo, o qual vai apresentar propostas do empresariado nacional.

Economia/Política

REFORMAS ECONÓMICAS NA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Angola na corrida para 'rating' estável e mais investimento estrangeiro

REFORMAS. Vários analistas e especialistas em questões económicas, entre os quais do CEIC e o 'patrão' da AIA, projectam uma Angola "mais aberta ao mundo e um risco de crédito equilibrado" se o país insistir nas reformas económicas de João Lourenço. E deixam vários recados, aconselhando alterações na lei do investimento privado. Acordo com a África do Sul "vai ajudar", apontam analistas.

Por Nelson Rodrigues

Angola pode ver, nos próximos anos, a sua classificação de risco de dívida soberana e o investimento em níveis estáveis, se se mantiverem as reformas políticas e económicas inscritas no plano de acção do Presidente da República (PR) João Lourenço. Coincidem na referida projecção a Associação Industrial de Angola (AIA), o Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), bem como dois analistas independentes.

De acordo com os especialistas, os programas de combate à corrupção, à impunidade e ao tráfico de influência, assim como a eliminação do que o Presidente considera monopólios, podem devolver ao país uma melhor imagem junto dos mercados financeiros internacionais, que, desde o início da crise, apertaram as regras de financiamentos a Angola, com juros dos empréstimos cada vez mais altos, devido ao fraco crescimento económico e recuo

nas receitas em moedas externas.

No sector industrial, não há dúvida de que as medidas tomadas por João Lourenço coloquem Angola "numa melhor inserção na comunidade internacional", com destaque para o sector financeiro e bancário, segundo o presidente da AIA. "Isso é um dos elementos importantes para o chamado índice de competitividade, o 'Doing Business'", defende José Severino, que insiste na alteração da lei do investimento privado.

Ao conjunto de medidas, o líder da AIA sugere, como o faz há vários anos, mudanças na legislação do investimento estrangeiro, apontando o combate à burocracia e a promoção de infra-estruturas como saídas para a recuperação económica.

"Se quisermos ter um Sun City, que são investimentos da área do turismo, que envolvam hotéis, casinos, fauna selvagem, infra-estruturas de acesso, ninguém vai investir no nosso país quando se coage até 35% ao empreendedor. Temos de abrir o mercado", reitera Severino.

EMPRÉSTIMOS BARATOS

Para o analista Flávio Inocêncio, da Universidade de Coventry, na Inglaterra, as reformas do novo Governo

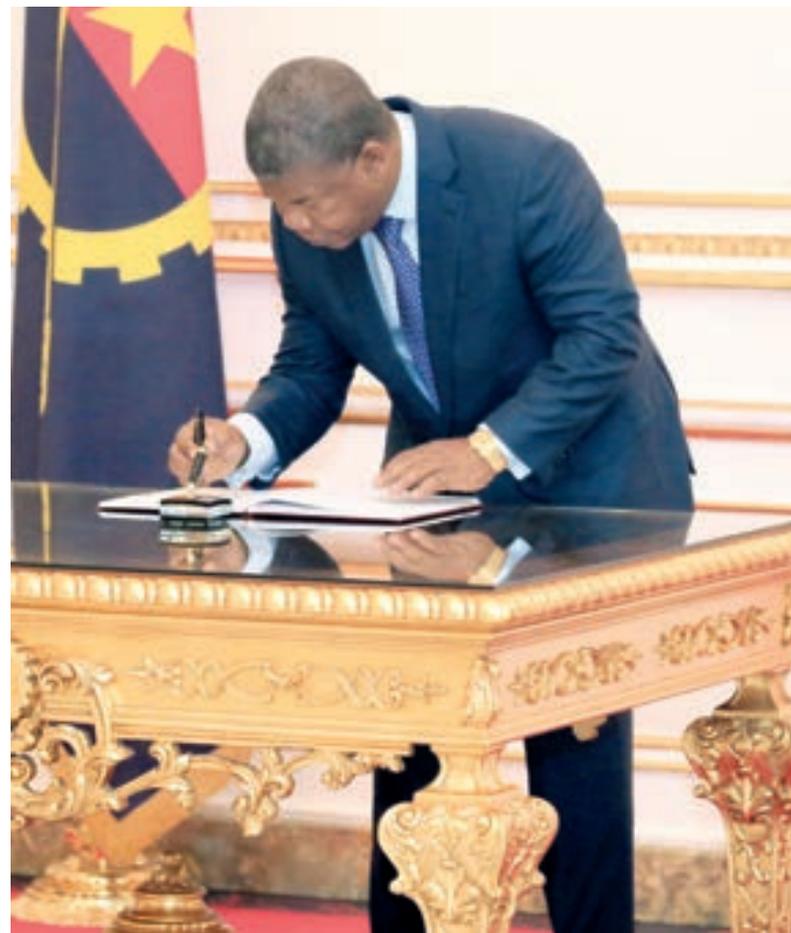
9,5

Por cento é o quanto Angola deve pagar, até 2025, de juros aos credores internacionais, até honrar compromisso com a dívida de 2015.

podem valer, positivamente, nas avaliações de risco do país. "A mudança poderá afectar positivamente o nosso risco e o nosso 'rating' pelas agências de notação e isso pode melhorar a nossa posição na potencial emissão de nova dívida com taxas de juro mais reduzidas", antevê o professor universitário.

Posição contrária, entretanto, perspectiva a consultora Economist Intelligence Unit (EIU), estimando juros "mais altos e termos menos favoráveis" para a segunda emissão de dívida soberana que o Executivo tem programada.

Angola emitiu, pela primeira vez, títulos da dívida soberana nos mercados internacionais no valor de 1,5 mil milhões dólares, em Setembro do ano passado, cujos prazos de reembolso foram acordados para Novembro de



Mário Mujica ©VE

2025, com o país a pagar em juros 9,5%, que devem entrar aos dias 12 de Maio e 12 de Novembro de cada ano, até honrar o compromisso.

MAIS INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Às vantagens das reformas do novo PR, Flávio Inocêncio, docente das cadeiras de mestrado de Comércio Internacional e de Direito de Petróleo e Gás, juntou os "efeitos reputacionais" sobre a captação de novos investimentos estrangeiros.

"Não podemos descontinuar os efeitos reputacionais que essas mudanças têm na percepção de potenciais investidores para Angola e nem no efeito positivo que isso tem no risco de Angola. O Presidente foi eleito numa plataforma reformista e, considerando o choque a que a economia Angolana foi sujeita desde 2014, com a queda abrupta do preço do petróleo, era de esperar mudanças", atesta Inocêncio.

Por sua vez, o economista e consultor Yuri Quixina aponta os recentes acordos firmados entre Angola e a África do Sul como exemplos da abertura do país ao mundo. Para este analista, com a África do Sul, que tem um mercado "cheio de experiência", Angola vai poder captar novos investimentos. "Os países que se desenvolveram são aqueles países abertos e que têm relações abertas com o resto do mundo. Os

países que não têm recursos suficientes, ou tecnologias, ao se relacionarem com os outros, tentam naturalmente colmatar esses intervalos. Penso que é vantajoso, porque a África do Sul está muito à frente", considera o economista.

O director do CEIC, Alves da Rocha, observa, entretanto, que as reformas na administração pública e ao que chamou de "nomeações e desnomeações" não passam de reforço do poder político do actual Presidente, lembrando que as acções estão a deixar um clima de insegurança por toda a administração pública e dos gestores que eram "fiéis a José Eduardo dos Santos".

"Entendo que as nomeações e 'desnomeações' se inserem numa estratégia jamais imaginada pelo comum dos cidadãos de criação, reforço e consolidação do poder político do Presidente João Lourenço. Os ajustamentos institucionais quase se parecem a uma purga semelhante à dos movimentos de rectificação ideológica dos partidos comunistas de antanho", analisa o líder do mais reputado centro de estudo angolano. Entre as medidas tomadas pelo Presidente João Lourenço, desde a sua nomeação, destacam-se as substituições nos conselhos de administração na Sonangol e na Endiama, bem como do governador do Banco Nacional de Angola.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Mercado & Finanças

SEGUNDO MAIOR BANCO ANTECIPA BALANÇO FINANCEIRO

Lucros do BAI devem crescer mais 20% este ano

SECTOR BANCÁRIO. Administração do actual segundo maior banco angolano nos activos antecipa resultados deste ano e já projecta crescer mais 20% nos lucros contra as margens recolhidas em 2016. Plano estratégico da entidade ambiciona elevar carteira de clientes para perto de dois milhões até 2021 e maior aposta no internet banking.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Angolano de Investimentos (BAI), a segunda maior instituição nacional medida pelos activos e lucros, deve encerrar o exercício financeiro deste ano com os lucros a crescerem à volta dos 20%, revelou ao VALOR o presidente da sua comissão executiva interino, Luís Filipe Lélis.

A liderança do banco não explica em que segmento da actividade bancária vão ter origem os 20% para o avanço dos lucros, mas considera que o desempenho do banco em 2017, medido pelas políticas de gestão seguidas pela entidade e o comprometimento da administração, além da tradicional intermediação financeira com cedência de crédito e serviços cambiais, vão ajudar no crescimento.

“O ano tem sido bom. Diria mesmo excelente. Temos tido uma equipa muito empenhada, temos uma liderança também muito comprometida. Infelizmente não lhe posso precisar [em termos objec-

tivos] os resultados, mas posso dizer que serão melhores do que os do ano passado. Nós poderemos crescer à volta de mais 20%”, avançou Lélis, que assumiu a gestão interina do banco com a saída de José Massano para o banco central, há um mês.

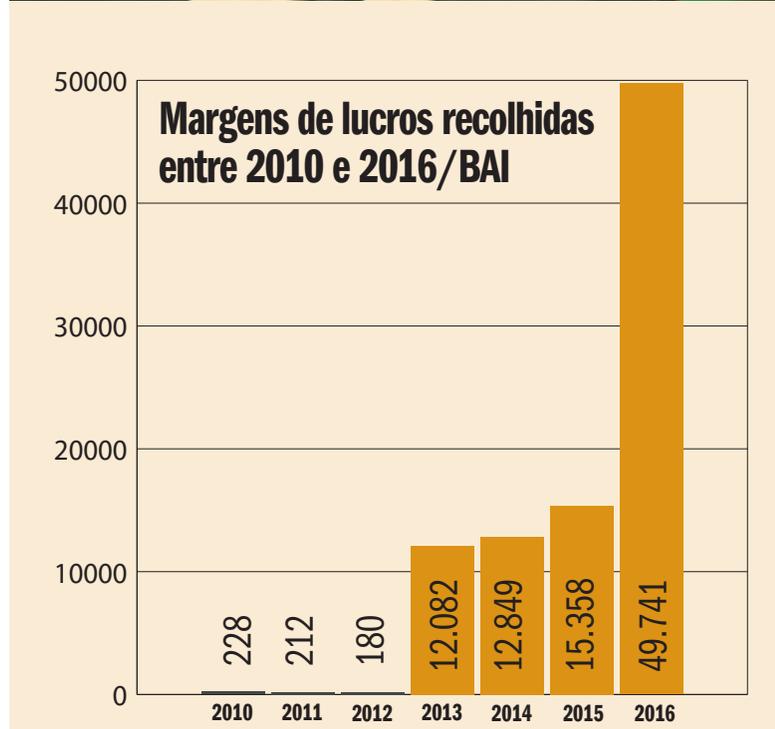
Só de Janeiro a Dezembro do ano passado, o banco declarou um avanço nos lucros na ordem dos 213%, ao sair de 15,3 mil milhões de kwanzas para os actuais 49,7 mil milhões, considerado o maior lucro da história de quase 21 anos da entidade, como se referiu a administração, ao apresentar as contas do exercício anterior (ver gráfico), numa altura em que as margens financeiras [resultado da intermediação financeira] ajudaram com 62%.

Segundo o gestor, que falava, na semana passada, à margem da gala de entrega dos ‘prémios Sirius’, atribuído anualmente pela consultora internacional Deloitte (o BAI arrebatou a distinção de ‘empresa do ano no sector financeiro’), a entidade tem já elaborado um plano estratégico que prevê alargar a carteira de clientes da entidade para dois milhões, entre 2016 e 2021.

“Como banco de capitais privados que somos, a nossa primeira responsabilidade é dar um



Nálio Mujetes © VE



Fonte: Relatórios e contas BAI Unidade: milhões de kwanzas

retorno aos capitais aceitáveis para os nossos accionistas. Em segundo lugar, temos a responsabilidade para com os nossos clientes. Ambicionamos atingir, neste período, perto de dois milhões de

clientes (de agora a 2021). É para isso que os nossos colaboradores, todos os dias, trabalham. Queremos um banco diferente e temos surpresas no campo tecnológico. E a nossa grande acção e dinâmica

será pela vertente tecnológica”, projecta o CEO interino do banco.

APOSTA TECNOLÓGICA CONTÍNUA

De acordo com o plano e acção da entidade, a aposta no segmento tecnológico é para continuar. Aliás, é neste segmento em que, a par dos seus concorrentes, o banco se tem distinguido, com serviços como o ‘BAI Directo’ e outras soluções com recurso à internet.

“O nosso objectivo, de facto, é prestar um serviço de excelência. Ainda temos muito caminho para percorrer, temos consciência disso. É um desafio enorme. Estamos conscientes de que o caminho se faz andando e não correndo. O nosso percurso é um percurso de vários anos. O BAI tem cerca de 21 anos. Temos um plano estratégico agora que vai de 2016 a 2021, e a nossa visão é, de facto, de oferecer a melhor experiência bancária em Angola. E é para isso que trabalhamos todos os dias”, enfatizou o gestor do banco.

Luís Lélis acredita, entretanto, que as menções ao BAI resultam igualmente do empenho dos seus colaboradores, que já ascendem a mais de dois mil. “O importante é que este prémio vem distinguir o trabalho de uma equipa de cerca de dois mil funcionários, que todos os dias se dedicam e se empenham em servir cerca de 910 mil clientes, procurando satisfazer as suas necessidades financeiras”, disse o bancário.

BAI ‘BATE’ BIC

No relatório ‘Banca em Análise’ da Deloitte relativo a 2016, o BAI deixa cair o Banco BIC do segundo lugar no ‘ranking’ por lucros, atrás do BFA (o primeiro), atirando-o para o terceiro lugar. No período, o BAI chegou a recolher 49,7 mil milhões de kwanzas, um avanço de 213% se comparado ao valor de igual período anterior (ver gráfico).

O BANCO ANGOLANO de Investimento Angola (BAI) venceu, na semana, o prémio Empresa do Ano para o sector financeiro, na sétima edição dos prémios Sirius, numa categoria em que concorreram acima cinco entidades do sector.



SEMANA PASSADA BNA 'deixa cair' 4% nos títulos públicos

O valor da dívida colocada na semana passada pelo Banco Nacional de Angola (BNA) no mercado primário, caiu ligeiramente para 99,7 mil milhões de kwanzas, na semana passada, representando cerca de 4% contra os 103,6 mil milhões de kwanzas em igual período anterior, de acordo com dados do banco central, divulgados no seu portal de internet.

Na mesma semana, o BNA revelou a venda de 31,7 mil milhões de kwanzas em Bilhetes do Tesouro (BT), nas maturidades de 91, 182 e 364 dias e juros de 16,15, 20,25 e 23,90 por cento, inalterados desde há vários meses.

Na mesma sessão, o banco central anunciou ainda a oferta de 67,9 mil milhões de kwanzas em Obrigações do Tesouro, indexadas ao câmbio (OT-TXC) a três, quatro, cinco e seis anos de juros, a 7,00, 7,25, 7,50 e 7,75 por cento. No segmento de venda directa de títulos ao público foi colocado o montante de 4,3 mil milhões de kwanzas em BT a 91, 182 e 364 dias e OT nas maturidades de três, quatro e seis anos.

Para regulação monetária, o BNA realizou operações de mercado aberto (OMA) no montante de 2,4 mil milhões e 28 dias em juros de 10,08 e 13%.

HÁ AINDA 300 MIL MILHÕES DE KWANZAS POR REGULARIZAR

Recredit garante resolver malparado antes do 'Ano Novo'

CRÉDITO. Entidade quer deixar resolvidos 225 mil milhões de kwanzas de um total de 300 mil milhões de empréstimo malparados antes de 31 de Dezembro. Dívida inicial era de 500 mil milhões. Há particulares 'atrás' da Recredit a solicitar ajuda com dívidas.

Por Nelson Rodrigues

300

Mil milhões de kwanzas, total de crédito malparado controlado pela Recredit

A empresa criada para gerir crédito malparado da banca angolana, a Recredit, garante deixar resolvido, antes do fim de 2017, cerca de três quartos dos empréstimos bancários não pagos, revelou ao VALOR o presidente do seu conselho de administração, Vicente Leitão.

De acordo com os números da entidade, estão por resolver, do total de crédito malparado, cerca de 300 mil milhões de kwanzas, três quartos dos quais, que correspondem a 225 mil milhões, com previsão de resolução antes de 31 de Dezembro.

O valor total do malparado do sistema bancário nacional sob a gestão da Recredit estava avaliado, inicialmente, em 500 mil milhões de kwanzas (cerca de 2,5 mil milhões de dólares, ao câmbio de 30/11 deste ano), 200 mil milhões dos quais já resolvidos e parte substancial aguarda resolução agora antes do fecho de 2017.

"[Estes] são os processos que estão em curso, parte dos quais, cerca de três quartos, estarão resolvidos antes do final do ano", assegurou Vicente Leitão, respondendo a perguntas do VALOR, à margem da Gala de entrega dos prémios Sirius, na semana passada.

Venâncio Leitão explica, que a estratégia da Recredit passa por ajudar o sistema bancário a acabar com os activos prejudiciais nos bancos, com

vista a dar às instituições financeiras o seu verdadeiro papel. "Fazemos um balanço positivo. Demos o contributo para que os bancos que conosco estão a trabalhar fiquem com os balanços mais estruturados, mais capacitados, para que entrem numa fase diferente e mais capacitada para desempenharem o seu papel", defendeu Leitão.

Constituída em Maio deste ano pelo Estado, com uma capitalização equivalente em dólar a dois mil milhões, a Recredit definiu, como estratégia inicial, a renegociação da dívida junto dos bancos ou particulares individuais com os quais tenha acordo de compra do malparado, desde o valor em dívida às modalidades de liquidação.

"Até agora, já resolvemos processos na ordem dos 200 mil milhões de kwanzas, também com origens no BPC e noutros bancos", reiterou o responsável da instituição financeira que segue o critério da "avaliação rigorosa, do valor efectivo dos processos", na resolução de dívidas.

"A empresa recorre à utilização de critérios que avaliam a qualidade jurídica dos processos e a qualidade económica e financeira, e é no conjunto desses factores que encontramos um critério final que nos dá o valor a negociar com os bancos".



Vicente Leitão, PCA da Recredit, empresa criada para gerir malparado da banca nacional.

Mário Mujetes@VE

12 PROCESSOS DE PARTICULARES EM ANÁLISE

Para as empresas, os particulares também têm a possibilidade de, junto da Recredit, renegociar empréstimos que não conseguem ressarcir. Segundo Venâncio Leitão, até à data, já estão sob apreciação cerca de 12 processos de clientes particulares.

"Neste momento, os particulares ou mutuários podem dirigir-se à Recredit expondo os seus processos e, no caso de o banco credor estar aberto a renegociá-los, o processo é desencadeado. Há mutuários que já deram este passo. Já recebemos cerca de 12 processos de particulares", garante.

CRÉDITO PERDIDO GERA HIPOTECA

A instituição financeira alerta que as famílias e as empresas que tenham

contraído empréstimos nos vários bancos comerciais, sobretudo no BPC, BDA e BCI, cujo financiamento não tenha gerado activo económico, correm o risco de perderem os bens que apresentaram como garantias no acto do contrato.

Segundo explicou a entidade, por altura da apresentação das linhas de actuação à imprensa, no início de Agosto, o mecanismo de execução de garantia será aplicado caso se prove ou se conclua que o dinheiro tomado pelo cliente é irrecuperável, ou quando se tiverem esgotados todos os mecanismos de recuperação do crédito.

"Para os créditos que não tenham gerado valor económico, nós vamos executar as garantias. Aqui não há perdão de dívida", assegura Vicente Leitão.

Mercado & Finanças

DISPONÍVEIS 50 MIL MILHÕES DE DÓLARES

Fundo tailandês investe em parcerias locais



Norberto Garcia,
director da UTIP

13

Número de projectos prontos a serem financiados.

INVESTIMENTO PRIVADO. Projectos angolanos podem contar com um fundo tailandês que exige a participação na gestão do projecto como sócio. Estava previsto beneficiar apenas projectos de infra-estruturas, mas foi redesenhado e outros sectores podem candidatar-se.

Por Valdimiro Dias

O fundo empresarial tailandês Centennial Energy Thailand vai disponibilizar 50 mil milhões de dólares para investir na criação de parcerias com empresários nacionais ligados ao sector produtivo. O

acordo foi assinado a 30 de Novembro na Unidade Técnica Para Investimento Privado (UTIP), durante um encontro técnico empresarial que analisou o financiamento de projectos de investimentos privados.

O fundo não é um investimento directo, mas sim de apoio a projectos angolanos, e que conta com a participação tailandesa na gestão. Da mesma forma, “não exige garantia soberana”, explicou a representante da empresa de consultoria que intermediou o

acordo, Celeste de Brito. “Resulta de um investimento individual de um fundo lícito que possui todas as certificações e garantias, sendo que a forma de investimento não se trata de empréstimo ou crédito, não exige garantia soberana nem bancária e obriga apenas que o proprietário do fundo participe na gestão do projecto como sócio, assegurando o retorno do investimento.”

Celeste de Brito garantiu que, de imediato, o fundo vai trabalhar

com projectos já cadastrados e aprovados na UTIP e posteriormente com outros planos que venham a ser apresentados. Já há 13 projectos prontos a serem financiados, o que levou à assinatura deste acordo.

O Centennial Energia Thailand já fez investimentos semelhantes no Vietname, Camboja, Myanmar e noutros países asiáticos.

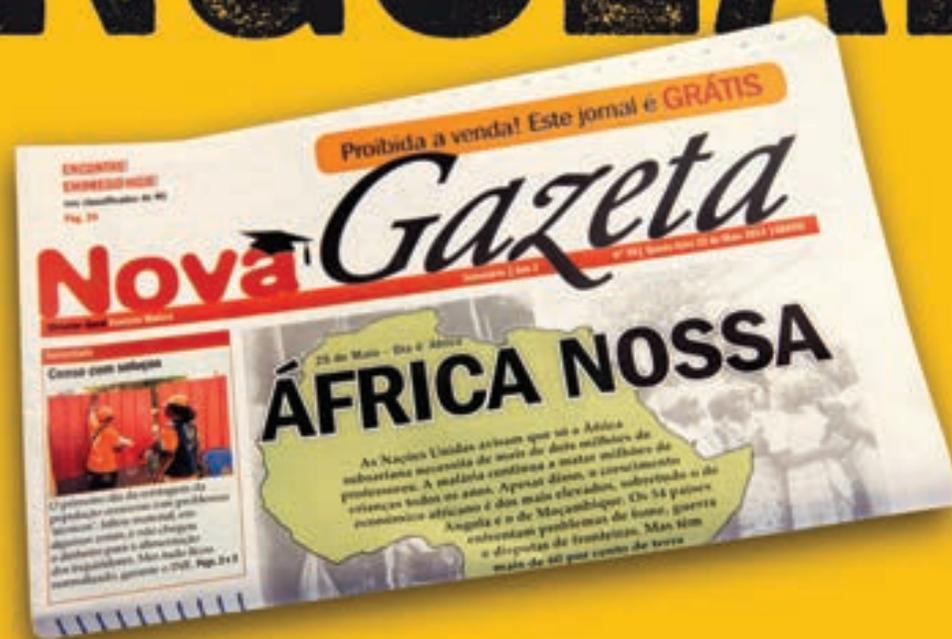
De acordo com o presidente do conselho de administração do fundo, Raveeroj Rithchoteanan, os valores serão provenientes de

um banco, sediado nas Filipinas, que serão depois transferidos para os EUA e, posteriormente, estarão disponíveis para os projectos em Angola.

Raveeroj Rithchoteana garante que o fundo “vai investir em projectos em todo o território nacional de uma forma uniforme”. Inicialmente, os responsáveis tailandeses planearam canalizar todo o valor para infra-estruturas, mas, atendendo às necessidades do país, outros sectores poderão ser beneficiados, como a habitação, a agricultura, as escolas e os hospitais, dependendo da disponibilidade e prioridades dos parceiros.

No entanto, os projectos a serem implementados, por via deste fundo, estão condicionados à aprovação do Presidente da República. O director da UTIP, Norberto Garcia, fez saber que essa aprovação “depende da viabilidade económica do projecto”, ou seja, “que demonstre ter impacto económico e social no local onde for implementado”. A intervenção da UTIP, sublinha Norberto Garcia, será apenas “na perspectiva de proporcionar facilidades, incentivos e benefícios para a realização dos projectos sem dificuldades maiores”.

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Empresas & Negócios

PROCESSO SEGUE NA JUSTIÇA, MAS...

Negociação amigável à vista entre a Cobalt e a Sonangol

LITÍGIO. Pela primeira vez, uma das partes considera a possibilidade de negociação amigável oficialmente, depois de a petrolífera norte-americana apresentar, em Maio último, um processo arbitral na Câmara do Comércio Internacional contra a Sonangol.

Por César Silveira

A norte-americana Cobalt manifestou-se disponível para resolver, de “forma amigável”, o diferendo que tem com a Sonangol, relativo à interrupção de um acordo de venda de 40% da sua participação nos blocos 20 e 21, por aproximadamente 1,7 mil milhões de dólares à petrolífera nacional.

A posição consta do relatório e contas da Cobalt, referente ao terceiro trimestre do ano em curso, apresentado em Novembro. E, segundo soube o VALOR de fonte junto da petrolífera nacional, a Sonangol também está interessada na “negociação amigável” e que passos neste sentido já estão a ser dados. “Nesta situação, tanto podíamos perder como ganhar, mas há fortes possibilidades de perdermos. Não tanto pela legalidade ou ilegalidade, mais pelo princípio da boa-fé. Os tribunais arbitrais consideram muito este princípio e poderão concluir que a Sonangol arrastou o período de forma dolosa”, argumentou a fonte, acrescentando que “a situação deverá estar resolvida dentro de pouco tempo”.

Oficialmente, a Sonangol respondeu ao VALOR que, por ora, a única informação que pode avançar é que “o assunto está a ser tratado”.

Entretanto, a Cobalt, apesar de assumir a disponibilidade de negociar amigavelmente, informa que prossegue com o processo litigioso, esperando que a parte angolana se pronuncie. “Continuaremos em busca de



A Cobalt, informa que prossegue com o processo litigioso

Mil milhões de dólares, valor que a Cobalt exige da Sonangol no processo arbitral.

Mil milhões de dólares, valor que a Sonangol pagaria pela compra dos activos da Cobalt.

MEMORIZAR

- A petrolífera americana admitiu, pela primeira vez, a possibilidade de tratar o diferendo com a Sonangol de forma amigável no seu relatório referente ao exercício do terceiro trimestre do ano.

O DIFERENDO

Segundo histórico do dossier, as partes acordaram o negócio em Agosto de 2015, tendo, nesta altura, a Sonangol adiantado os 250 milhões de dólares dos 1,75 mil milhões acertados. No entanto, o negócio não se concretizou por falta de aval do Ministério dos Petróleos. Em Agosto do ano passado, as partes reuniram para discu-

tir o assunto e acordaram que uma terceira parte compraria a participação em questão.

Na altura, a Cobalt mostrou, entretanto, algumas reservas quanto à possibilidade de realização do negócio com uma terceira parte até 22 de Agosto de 2016, altura em que terminaria o prazo de vigência de um ano do acordo para a venda. O negócio não se realizou, efectivamente, e a petrolífera norte-americana diz-se prejudicada pela situação.

Na sequência, passou a exigir a prorrogação dos prazos de pesquisa estabelecido nos contratos dos blocos em referência e, em Maio do ano em curso, intentou o processo arbitral na Câmara do Comércio Internacional contra a Sonangol E.P, no qual exige o pagamento de dois mil milhões, acrescidos de juros pelo não cumprimento do acordo, argumentando que a situação lhe provocou prejuízos na ordem dos cerca de 1,8 mil milhões de dólares no primeiro semestre do ano em curso. A Cobalt apresentou uma outra queixa, no caso contra a Sonangol Pesquisa e Produção, visando a recuperação de 174 milhões de dólares, acrescidos de juros e custos, relativos a dividendos da exploração conjunta do bloco 21.

A Sonangol respondeu que não existia qualquer incumprimento de sua parte no Contrato de Compra e Venda de Acções (CCVA) e ainda que “a não concretização do CCVA não impõe qualquer obrigação de prorrogar os prazos de pesquisa estabelecidos nos contratos dos blocos de referência”. Portanto, desde o início do diferendo, é a primeira vez que uma das partes fala da possibilidade de tratar o assunto de “forma amigável”.

Em Agosto do ano passado, depois do anúncio do recuo da Sonangol na compra dos 40% das acções que a petrolífera Cobalt detém nos blocos 20 e 21, várias análises apontaram a possibilidade de um cenário em que o Estado reclamaria os activos da companhia norte-americana a custo zero, evocando um precedente que envolveu a petrolífera iraniana Petropars. Em 2015, os iranianos viram os 10% que detinham no grupo empreiteiro da zona Norte de Cabinda passados para a Sonangol, com o Governo a argumentar a falta de “técnica e de capacidade financeira”, a mesma situação em que se encontrava a Cobalt por altura do anúncio oficial do recuo da Sonangol no negócio.

um diálogo construtivo com Angola para tentar resolver as nossas controvérsias de forma amigável e, em paralelo, continuaremos a processar as duas arbitragens”, sublinha.

Em relação às contas, a petrolífera norte-americana apontou que terminou o terceiro trimestre com cerca de 547 milhões em caixa, 250 milhões dos quais correspondentes ao paga-

mento adiantado que a Sonangol fez para a aquisição da participação em causa, valores que a Cobalt sempre disse não devolver, enquanto se mantivesse o litígio. Sobre contas com a petrolífera nacional, os norte-americanos avançam ainda, no relatório, que, no terceiro trimestre deste ano, a Sonangol acumulou uma dívida com a Cobalt de 179 milhões de dólares.

A JOALHERIA suíça de Isabel dos Santos, Ade Grisogono, abriu uma loja luxuosa na Madison Avenue, em Nova Iorque, Estados Unidos, para responder à demanda pelas joias criadas.



A EMPRESA “Novagrolider”, dedicada à produção de diversos produtos agrícolas há 12 anos, foi a vencedora da 7.ª edição dos Prémios Sirius/2017, na categoria de melhor empresa exportadora.



MINISTRO DAS TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS ADMITE DIFICULDADES

“Não é fácil reestruturar a Angola Telecom”

TELECOMUNICAÇÕES. Empresa está a ser gerida por uma direcção interina desde o ano passado. Ministro reitera responsabilidades de a tornar competitiva, mas reconhece estar “preocupado”.



AVIAÇÃO

Bilhetes da Sonair entre Luanda e Malanje a 16 mil kwanzas

A Sonair anunciou que o preço do bilhete de passagem da classe económica, a ser cobrado pela Sonair, companhia aérea da Sonangol, para viagem entre Malanje e Luanda e vice-versa, a partir do passado 1 de Dezembro, é de 16 mil kwanzas.

A informação foi avançada pelo director provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, Cardoso Balanga, em conferência de imprensa que visou anunciar igualmente que as escalas serão às segundas e sextas-feiras no período da manhã.

O responsável explicou que os bilhetes serão comercializados no aeroporto provincial, pela Agência de viagens Guilhermina, acrescentando que os aviões a operar terão capacidade de 18 passageiros, com viagem de 45 minutos.

A companhia prevê aumentar eventualmente os dias de viagens nos dois trajectos, de acordo com a adesão dos passageiros.

Por Isabel Dinis

A

reestruturação da Angola Telecom “não está a ser um processo fácil” pelo estado em que se encontra, e

o Executivo está “bastante preocupado” com a empresa, reconheceu o ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação e Comunicação, em conferência de imprensa.

Apesar de admitir as dificuldades, José Carvalho da Rocha não rejeita a “responsabilidade de fazer com que a Angola Telecom seja uma empresa importante no mosaico de operadoras do mercado”.

O governante evitou confirmar se a empresária Isabel dos Santos coordena, efectivamente, a reestruturação da empresa como se veiculou no início do processo, no ano passado. “Está apenas a ser monitorada pelo Estado e apenas pelo Estado”, reafirmou, esquivando-se a referir o nome ou a participação de Isabel dos Santos no processo de reestruturação da Angola Telecom.

A operadora, que tem apresentado resultados financeiros sucessivamente negativos, tem uma direcção interina desde o início do ano passado.

O Estado desencadeou procedimentos para a privatização de 45% do capital da empresa, que, entretanto, já recebeu o título que a habilita a funcionar como terceiro operador da rede móvel nacional.



José Carvalho da Rocha, ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação

A alienação insere-se no recente ‘Plano Intercalar’ aprovado pelo Presidente da República. Mas a ideia de privatizar a empresa e vender os activos não é nova. Em decisão governamental, assinada pelo ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no início do ano passado, o Executivo criou uma comissão interministerial responsável por conduzir o processo de reestruturação da Angola Telecom que previa a identificação, em 90 dias, dos activos da empresa a alienar.

Num edital tornado público pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, na semana passada, o Governo

90

Dias, prazo que tinha sido dado a uma comissão interministerial.

MEMORIZAR

- No âmbito do processo em curso, o Executivo desencadeou procedimentos para privatização de 45% do capital social da empresa, que, entretanto, já recebeu o título que a habilita como terceiro operador da rede móvel nacional.

confirma a atribuição à Angola Telecom do Título Global Unificado, que transforma a empresa no “terceiro operador de telefonia móvel, além de estar permitida a prestar qualquer serviço de comunicações electrónicas, com base em qualquer tipo de tecnologia”, ao abrigo do Plano Estratégico sobre o Regime de Licenciamento dos operadores de comunicações electrónicas (PERL), aprovado em Junho de 2016.

A Angola Telecom é uma empresa pública de telecomunicações e multimédia, fundada em 1992, resultado da fusão da ENATEL e EPTEL, e disponibiliza serviços comerciais de voz e dados.

(In)formalizando

INTERMEDIÁRIA DE DOCUMENTOS FACTURA 12 MILHÕES KZ POR ANO

Concorrência aos ‘micheiros’

SERVIÇO: HR atende mais de 20 solicitações, por semana, concorrendo com os ‘micheiros’ que se concentram nas portas das instituições públicas. Empresa declara-se como “a melhor solução” para enfrentar a burocracia no tratamento de documentos.

Por Valdimiro Dias

A HR, uma empresa de prestação de serviços de intermediação no tratamento de documentos, fundada em 2013, factura mensalmente cerca de um milhão de kwanzas. O negócio prospera com clientes particulares e algumas empresas e disputa o mercado com os também conhecidos ‘micheiros’, ou ‘intermediários’, que se concentram às

portas das diversas instituições públicas como serviços notariais e de identificação e nos postos dos Serviços de Migração de Estrangeiros, apresentando-se como uma solução para quem quer resolver problemas burocráticos.

A ideia de constituir a empresa surgiu quando Hélder Rocha trabalhava na biblioteca de uma universidade. Além de digitar os trabalhos académicos dos estudantes, notou que alguns deles não tinham tempo para tratar documentos. Como também foi profissional de ‘relações públicas’, passou a assumir estas tarefas mediante uma remuneração, o que o inspirou a criar a HR, Prestação de

MEMORIZE

- O negócio prospera com clientes particulares e algumas empresas e disputa o mercado com os também conhecidos ‘micheiros’, ou ‘intermediários’, que se concentram às portas das diversas instituições públicas como serviços notariais e de identificação e nos postos dos Serviços de Migração de Estrangeiros, apresentando-se como uma solução para quem quer resolver problemas burocráticos.

Serviço e Entretenimento, que arancou com um investimento inicial de 2,6 milhões de kwanzas, de poupanças do próprio.

Hoje, a pequena empresa atende, semanalmente, mais de 20 solicitações de clientes para vários serviços, desde o registo criminal, passaporte, vistos de trabalho, entre outros tipos de documento. Quando precisa de assinatura ou de impressão digital, marca-se o dia e a hora para o cliente cumprir com o procedimento sem que tenha de esperar muito tempo. “Não influenciámos nos processos, simplesmente ajudamos o utente a preparar o processo e a dar entrada na instituição que deseja tratar o referido documento”, explica o empreendedor.

Como exemplo, Hélder Rocha esclarece que, quando alguém pretende obter um passaporte, a HR trata e preenche a documentação necessária, notifica o cliente sobre a data em que deve dar entrada do processo e dá-lhe

seguimento, procedendo ao levantamento. Hélder Rocha faz questão de marcar a diferença entre a sua empresa e os ‘micheiros’: “O nosso serviço está estruturado, a começar pelo facto de ser autorizado, possui licença dos Ministérios do Comércio e da Cultura, tem um endereço fixo e, independentemente do serviço que o cliente necessite, é facturado, são cumpridos os ‘timings’, porque não se trata apenas de um compromisso verbal.”

Por isso, critica quem prefere contratar os intermediários na rua, “correndo vários riscos”, quando já existem empresas a prestar esses serviços. No entanto, reconhece que a intermediação de documentos em Angola ainda se encontra “numa fase inicial”, embora vá “ganhando corpo”, sobretudo por causa do “elevado número de burlas, falsificações e outros riscos”, embora seja uma prática consolidada na Europa e no Brasil. “Muitos dos intermediários que deambulam por Luanda recorrem, por vezes, à nossa prestação de serviços, fazendo-se passar por clientes, sobrefactorando”.

Os preços praticados pela HR dependem do serviço prestado e incluem uma taxa normal ou de urgência, incluindo, por vezes, a entrega ao domicílio. Por exemplo, para um atestado de residência, cujo preço oficial é mil kwanzas, a agência cobra quatro mil kwanzas.

Brevemente, promete lançar o Centro de Documentação e Informação (CID), a ser construído na centralidade do Sequele, Cacuaco, que vai prestar serviços integrados, apoiados ainda por um ‘call center’ para ajudar estrangeiros e angolanos a localizar monumentos e sítios e serviços públicos e fornecendo informações de utilidade pública, bem como vai servir também para acolher a intermediação de documentos com vários pontos de recolha em Luanda, num projecto que conta com a parceria de várias instituições do Estado. Além disso, a HR possui 10 motorizadas que fazem entrega de refeições de algumas cozinhas e apoiam outras empresas. A aposta no transporte motorizado faz parte dos projectos do jovem empreendedor.

Hélder Rocha trabalhava na biblioteca de uma universidade.

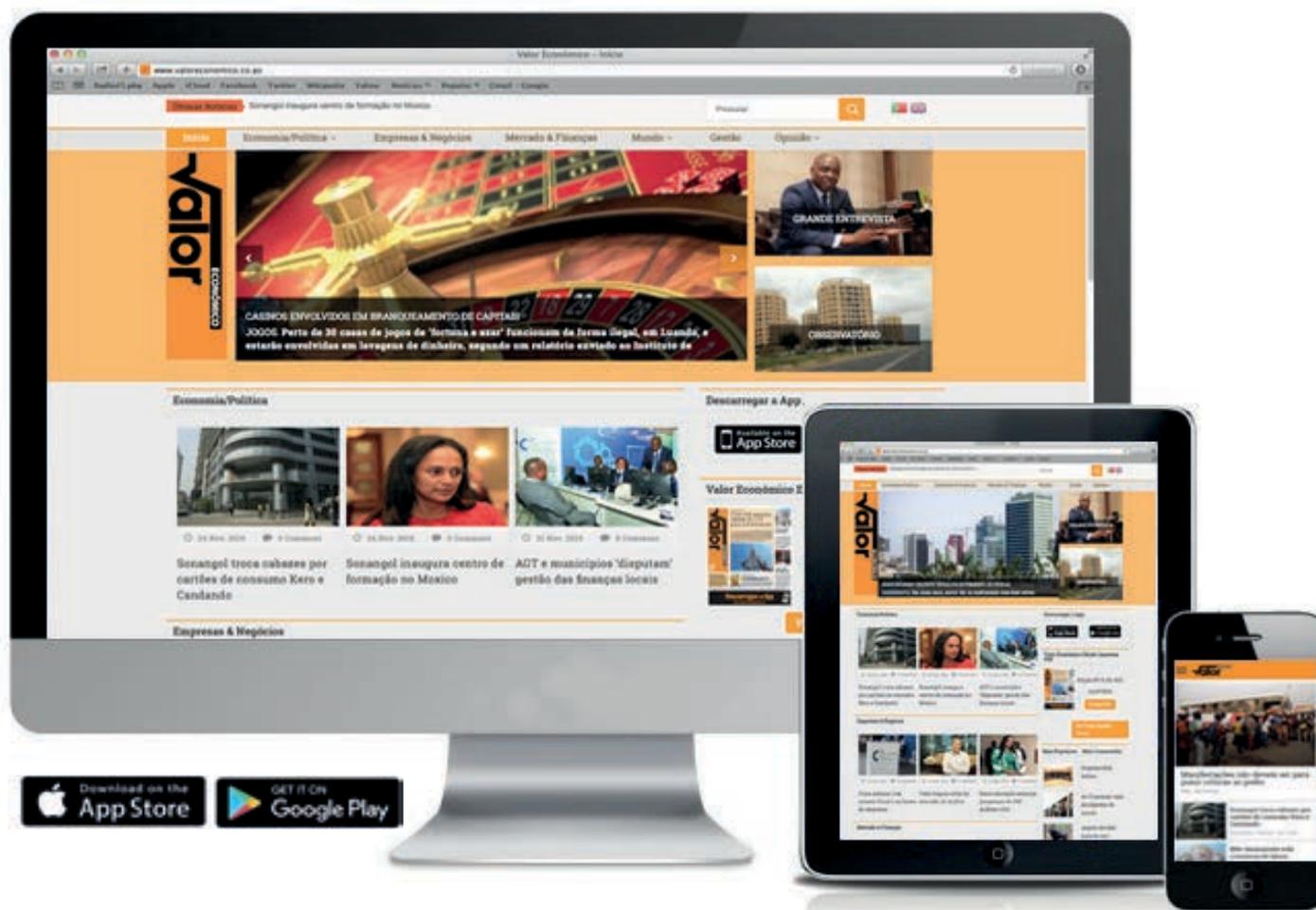


Visite o website: www.valoreconomico.co.ao

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao

comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 (Arieth Lopes), 941 784 792 (Geovana Fernandes)

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola

DE JURE

DESPACHO DO MINISTRO ARCHER MANGUEIRA

Finanças suspendem remuneração de antigos políticos

DESPACHO EXECUTIVO. Medida teve como base a legislação vigente sobre a matéria que determina a suspensão das remunerações, na administração pública, para os antigos ministros de Estado, ministros, secretários de Estado, vice-ministros e entidades equiparadas que tenham cessado actividade.

Por António Nogueira

O

Ministério das Finanças fez cessar, de forma automática, através do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), o processamento das remunerações dos antigos titulares de cargos políticos e do respectivo quadro de apoio, indica um despacho de 20 de Novembro, rubricado pelo titular da pasta, Archer Mangueira.

A medida, segundo o despacho, surge na sequência do novo quadro político vigente no país que, para além de ter dado início a IV.ª República, exigiu a constituição de um novo Governo, após a extinção e fundição de alguns departamentos ministeriais.

A decisão é ainda justificada, tendo em conta a Lei n.º 11/10, de 30 de Junho, sobre o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos, que coloca fim ao pagamento da remuneração adicional a estas entidades, nomeadamente ministros de Estado, ministros, secretários de Estado, vice-ministros, por um período de 90 dias após cessação das respectivas funções.

A decisão é ainda justificada, tendo em conta a Lei n.º 11/10, de 30 de Junho, sobre o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos, que coloca fim ao pagamento da remuneração adicional a estas entidades, nomeadamente ministros de Estado, ministros, secretários de Estado, vice-ministros, por um período de 90 dias após cessação das respectivas funções.

MEMORIZE

● O despacho estabelece também que os funcionários do quadro temporário, que se tenham mantido no exercício das respectivas funções, após a cessação de funções dos respectivos responsáveis, devem ser remunerados no processamento do mês de Outubro de 2017.

90

Dias é o tempo necessário, segundo a lei sobre a matéria, para que o processo de suspensão das remunerações de antigos titulares de cargos políticos seja efectivado.

NOVA FOLHA DE SALÁRIOS

De acordo com o despacho de Archer Mangueira, o Governo autorizou igualmente, no quadro do mesmo processo, a criação de uma folha de salários para o processamento das remunerações dos actuais titulares de cargos políticos, com efeito a partir do mês de Outubro, “tendo em conta que existem



Archer Mangueira, ministro das Finanças

situações em que os responsáveis políticos retirados do SIGFE continuaram a assegurar o normal funcionamento das instituições, como é o caso dos secretários de Estados e dos vice-governadores, bem como dos funcionários integrados nos respectivos quadros internos”.

O despacho estabelece, por outro lado, que “os funcionários do quadro temporário, que se tenham mantido no exercício das respectivas funções, após a cessação de funções dos respectivos respon-

sáveis, devem ser remunerados no processamento do mês de Outubro de 2017”.

Devem ser igualmente processados os suplementos remuneratórios devidos àqueles que, eventualmente, não tenham beneficiado do subsídio de férias e a gratificação do 13.º mês.

“Os titulares de cargos políticos que tenham exercido as respectivas funções, de forma consecutiva ou interpolada, por oito ou mais anos, podem solicitar ao ministro das

Finanças a subvenção mensal vitalícia, devendo para o efeito remeter um processo, instruído com um requerimento, ao qual devem ser anexados as cópias dos despachos de nomeação e de exoneração publicados em Diário da República e cópia do bilhete de identidade”, lê-se ainda no documento. Entretanto, o ministro das Finanças avisa, no mesmo despacho, que “a subvenção mensal vitalícia é suspensa, caso o beneficiário volte a desempenhar um cargo político”.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.



Gestão

BELMIRO DE AZEVEDO (1938 - 2017)

O legado empresarial do líder histórico da Sonae

LEGADO. Belmiro de Azevedo, falecido a 29 de Novembro de 2017, aos 79 anos, notabiliza-se no mundo empresarial português, em 1974, após ter assumido o controlo da Sociedade Nacional de Estratificados (Sonae), tendo, a partir daí, construído um império que chegou à distribuição, retalho, telecomunicações e a dezenas de países.

Por António Nogueira*

Licenciado em Engenharia Química, Belmiro de Azevedo entrou para a Sonae no final da década de 1960. Cerca de 14 anos mais tarde, assume o controlo da empresa, elegendo como primeira tarefa “destruir para depois construir”, como o próprio descreveu no discurso da cerimónia de 50 anos da Sonae.

Ao longo dos anos em que liderou o grupo empresarial que, segundo a imprensa lusa, era apenas um complexo fabril no início, Belmiro de Azevedo conseguiu transformar a Sonae no maior empregador privado português, tendo criado, em média, 6,2 novos empregos em 2016, de acordo com o jornal online ‘Observador’, para um total superior a 40 mil pessoas empregadas no conglomerado que junta a distribuição, as telecomunicações, os serviços financeiros,

centros comerciais e a tecnologia. Já sob a liderança do filho, Paulo de Azevedo, que assumiu o cargo em 2007, a empresa aproveitou a crise para se reestruturar e, no ano passado, facturou mais de cinco mil milhões de euros pela primeira vez.

Entretanto, os supermercados Continente continuam a ser a ‘jóia da coroa’ do grupo, tendo facturado, só nos primeiros nove meses do ano, 2,8 mil milhões de euros, de acordo com os dados oficiais, citados pelo ‘Observador’.

Logo ao lado, nos vários centros comerciais que são geridos pela Sonae Sierra, está a Worten, que vendeu 689 milhões no mesmo período. Outras lojas, ligadas ao desporto e vestuário, como a Sport Zone, terão vendido 437 milhões, segundo a imprensa lusa que destaca um aumento nas vendas, em 2016, de 7,2%.

A Sonae tem 23,4% da NOS, uma das principais empresas de telecomunicações do país. E participa, também, na Sonaecom, uma empresa cotada que é dona do jornal Público e da WeDo Consulting, uma das empresas tida como das mais inovadoras em Portugal na área do software empresarial.

Continua a ser na área da inovação que a Sonae investe dinheiro e salários, escreve o ‘Observador’, destacando que a área da pesquisa

1,26

Milhões de euros era o valor do património detido por Belmiro de Azevedo, segundo a Forbes.

MEMORIZE

● **OS SUPERMERCADOS** Continente continuam a ser a ‘jóia da coroa’ do grupo empresarial luso Sonae, tendo facturado, só nos primeiros nove meses do ano, 2,8 mil milhões de euros.



e desenvolvimento teve um investimento, no ano passado, de 437 milhões de euros, em termos consolidados.

ENTRE OS MAIS RICOS DO MUNDO

Na última lista divulgada pela revista norte-americana Forbes, em 2017, Belmiro de Azevedo surge na posição 1.376, com 1,26 milhões de euros de património. 10 anos antes, em 2007, a fortuna do líder da Sonae era superior em 64 milhões de euros.

Já na lista dos homens mais ricos de Portugal, publicada pela revista EXAME, os valores variam sensivelmente. De acordo com a lista, nos últimos 10 anos, a fortuna de Belmiro de Azevedo atingiu o valor mais alto em 2007, com 2.989,3 milhões de euros. Foi também a única vez, durante a última década, em que teve o título de “homem mais rico de Portugal”.

Tal como é também revelado pelos valores calculados pela Forbes, foi em 2012 que o património do líder da Sonae atingiu o valor mais baixo dos últimos 10 anos, estimado em 680 milhões de euros, uma cifra que o tirou do pódio.

Colocando de parte os dois anos em que foram atingidos o

valor mais baixo e mais alto, nos anos que se seguiram, até 2017, os números variaram entre 1,15 e 1,72 mil milhões. Também os lugares ocupados na lista foram mudando: Belmiro de Azevedo esteve quase sempre no pódio, excepto em 2017, 2016, 2013 e 2012 em que ficou com o quarto lugar.

COM ANGOLA...

Belmiro de Azevedo não era apenas polémico quando abordava a política portuguesa. Durante anos, acusou o Governo angolano de ter criado um “regime baseado na cleptocracia”, rejeitando fazer negócios com Angola. Mas foi obrigado a ceder. Em 2010, criou, com Isabel dos Santos, a operadora móvel NOS, que resultou da fusão da ZON, com a Optimus, na altura detida pela Sonae. A partir daí, Belmiro de Azevedo estabeleceu parcerias com a empresária angolana. Numa delas, quase que resultava na criação de uma cadeia de hipermercados idêntica à do Continente, em Portugal. Mas Isabel dos Santos preferiu ‘caminhar’ sozinha: formou o Candando e retirou à Sonae os seus principais gestores das cadeias de lojas.

*Com agências

A economia global em 2018



MICHAEL SPENCE

A economia global enfrentará sérios desafios nos meses e anos que se avizinham, tendo como cenário de fundo, uma montanha de dívidas que torna os mercados nervosos - aumentando a vulnerabilidade do sistema a choques desestabilizadores. No entanto, o cenário base parece ser de continuidade, sem convulsões óbvias no horizonte.

Há uma série de perguntas recorrentes que nos fazem a nós economistas, para informar sobre escolhas que empresas, indivíduos e instituições devem fazer em áreas como o investimento, educação e emprego, bem como sobre as suas expectativas políticas futuras. Na maioria dos casos, não temos uma resposta definitiva. Mas, com informações suficientes, é possível discernir as tendências, em termos de economia, mercados e tecnologia, e formular previsões razoáveis.

No mundo desenvolvido, 2017 será provavelmente recordado como um período de fortes contrastes, onde muitas economias experimentaram uma aceleração do crescimento, acompanhada por uma fragmentação política, polarização e tensão, tanto a nível nacional como internacional. A longo prazo, é improvável que o desempenho económico seja imune às forças políticas e sociais centrífugas. No entanto, até agora, os mercados e as economias conseguiram reter a desordem política, e o risco de um considerável retrocesso a curto prazo parece relativamente pequeno.

A única excepção é o Reino Unido, que enfrenta, neste momento, um processo confuso e fracturante: o Brexit. No outro lado da Europa, a severamente enfraquecida chanceler da Alemanha, Angela Merkel, está a lutar para formar

um governo de coligação. Nada disto é bom para o Reino Unido ou para o resto da Europa, que precisa desesperadamente que a França e a Alemanha trabalhem juntas para reformar a União Europeia.

Um choque potencial que tem recebido muita atenção, refere-se a um possível aperto monetário. Contudo, e tendo em vista uma melhoria do desempenho económico no mundo desenvolvido, não parece ser provável que a inversão gradual de uma política monetária ultra flexível afecte seriamente os valores dos activos. Talvez a tão aguardada convergência ascendente dos fundamentos económicos para validar as avaliações do mercado esteja assim mais próxima.

Na Ásia, o presidente chinês, Xi Jinping, está numa posição mais forte do que nunca, sendo previsível uma gestão eficaz dos desequilíbrios e um crescimento mais direccionado para o consumo e a inovação. A Índia também parece estar preparada para sustentar o crescimento e o impulso das reformas. À medida que estas economias crescem, outras se lhes seguirão em toda a região e fora dela.

No que diz respeito à tecnologia, especialmente digital, a China e os Estados Unidos continuarão a dominar nos próximos anos, pois continuam a financiar a investigação básica, obtendo assim grandes benefícios da comercialização das inovações. Estes dois países também são o domicílio das principais plataformas de interacção económica e social, que retiram benefícios dos efeitos de rede, da anulação de disparidades informativas e, talvez, o mais importante, das capacidades e aplicações da inteligência artificial que utilizam e geram grandes conjuntos de dados valiosos.

Estas plataformas não são apenas lucrativas per se; também produzem uma série de oportunidades correlacionadas para a criação de novos modelos de negócios que operam para e em torno destas, como, por exemplo, publicidade, logística e finanças. Perante isto, economias que não possuam tais plataformas, como a UE, estão em desvantagem. Mesmo a América Latina já possui um importante agente inovador no comércio

electrónico interno (Mercado Libre) e um sistema de pagamentos digitais (Mercado Pago).

Nos sistemas de pagamentos on-line, a China lidera. Com grande parte da população do país a "saltar" directamente dos pagamentos em numérico - ignorando os cheques e os cartões de crédito - os sistemas de pagamentos da China são sólidos.

No início deste mês, no dia dos solteiros, (uma celebração anual orientada para o consumo juvenil,

que se converteu

no maior evento de compras do mundo), a principal plataforma de pagamentos on-line da China, Alipay, proces-

sou até 256.000 pagamentos por segundo, utilizando uma arquitectura sólida de computação em nuvem. Existe tam-

bém um leque impressionante de oportunidades para expandir os serviços financeiros - desde avaliações de crédito até à gestão de activos e seguros - na plataforma Alipay e a sua expansão para outros países asiáticos através de parcerias já está em andamento. Nos próximos anos, tam-

bém será necessário que as economias mais desenvolvidas e em vias de desenvolvimento se esforcem para atingir padrões de crescimento mais inclusivos. Aqui, prevejo que os governos nacionais dêem lugar às empresas, aos governos sub-nacionais, sindicatos e instituições educacionais e sem fins lucrativos para impulsionar o progresso, especialmente nos locais mais atingidos pela fragmentação política e pela reacção contra o establishment

político. Fragmentação que provavelmente se intensificará.

Tudo indica que a automatização sustentará e até acelerará a mudança, pelo lado da procura, dos mercados de trabalho, em áreas que vão desde a produção fabril e a logística até à medicina e ao direito, enquanto as respostas pelo lado da oferta serão muito mais lentas. Como resultado, mesmo que os trabalhadores recebam um apoio mais forte durante as transições estruturais (sob a forma de apoio ao rendimento e opções de reconversão), é provável

No que diz respeito à tecnologia, especialmente digital, a China e os Estados Unidos continuarão a dominar nos próximos anos, pois continuam a financiar a investigação básica, obtendo assim grandes benefícios da comercialização das inovações. Estes dois países também são o domicílio das principais plataformas de interacção económica e social, que retiram benefícios dos efeitos de rede, da anulação de disparidades informativas e, talvez, o mais importante, das capacidades e aplicações da inteligência artificial que utilizam e geram grandes conjuntos de dados valiosos.

que cresçam os desajustes no mercado de trabalho, aumentando a desigualdade e contribuindo para uma maior polarização política e social.

No entanto, existem razões para sermos cautelosamente optimistas. Para começar, subsiste um amplo consenso entre as economias desenvolvidas e emergentes sobre a conveniência de manter uma economia global relativamente aberta.

A notável excepção é a dos EUA, conquanto não esteja claro neste momento se o governo do presidente Donald

Trump pretende realmente recuar na cooperação internacional ou simplesmente posicionar-se para renegociar termos mais favoráveis aos EUA. O que parece claro, pelo menos por agora, é que não se pode contar com os americanos para actuarem como o principal patrocinador e arquitecto de um sistema global de regras em mudança para gerir de uma forma equitativa a interdependência.

A situação é semelhante em relação à mitigação das alterações cli-

máticas. Actualmente, os EUA são o único país que não está comprometido com o acordo climático de Paris, que se manteve apesar da retirada do governo Trump. Mesmo dentro dos EUA, cidades, estados e empresas, bem como uma série de organizações da sociedade civil, sinalizaram um compromisso credível tendo em vista o cumprimento das obrigações do país no que concerne ao clima, com ou sem o apoio do governo federal.

Ainda assim, o mundo tem um longo caminho a percorrer, dado que a dependência face ao carvão permanece alta. O Financial Times informa que o pico na procura de carvão na Índia ocorrerá dentro de dez anos, com um crescimento modesto no presente e no futuro. Embora exista um potencial positivo neste cenário, que depende de uma redução mais acelerada dos custos da energia verde, o mundo ainda está longe de um crescimento negativo nas emissões de dióxido de carbono.

Tudo isto sugere que a economia global enfrentará sérios desafios nos próximos meses e nos próximos anos. E, ao fundo, está uma montanha de dívidas que torna os mercados inquietos e aumenta a vulnerabilidade do sistema a perturbações desestabilizadoras. No entanto, o cenário base a curto prazo parece ser de continuidade. O poder e a influência económica continuarão a deslocar-se do ocidente para o oriente, sem qualquer alteração súbita nos padrões de trabalho, rendimento, polarização política e social, principalmente nos países mais desenvolvidos, e sem convulsões óbvias no horizonte.

Prémio Nobel de Economia, é Professor de Economia na Escola de Negócios Stern da Universidade de Nova Iorque, Ilustre Visiting Fellow no Conselho de Relações Exteriores, Senior Fellow da Instituição de Hoover na Universidade de Stanford, Co-Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Global da Ásia em Hong Kong e presidente do Conselho da Agenda Global do Fórum Económico Mundial sobre Novos Modelos de Crescimento. É autor de A Próxima Convergência - O Futuro do Crescimento Económico num Mundo a várias Velocidades.

Internacional

ENTRE ÁFRICA E A EUROPA

Trocas comerciais descem 55%

COOPERAÇÃO. Em apenas dois anos, as trocas entre os países dos dois continentes caíram 70 biliões de euros. África do Sul lidera as relações comerciais com o continente europeu com um volume de cerca de 48 mil milhões de dólares.

Por António Miguel*

As trocas comerciais entre África e União Europeia atingiram um total de 156 biliões de euros, em 2014, tendo descido para 86 biliões no ano passado, cerca de 55%, fruto da queda generalizada dos preços das matérias-primas, as principais componentes das exportações africanas.

Dos 54 países que compõem a União Africana, África do Sul, Marrocos, Argélia e Egipto lideram as trocas comerciais com os 28 países

da União Europeia. No ano passado, por exemplo, a Europa importou da África do Sul bens e serviços no valor de 22,9 mil milhões de euros e exportou para este país também cerca de 22,9 mil milhões de euros.

Por sua vez, Marrocos vendeu para a Europa bens e serviços no valor de 20,9 mil milhões de euros e importou o equivalente a 13,7 mil milhões. Os números foram revelados na 5ª Cimeira África/União Europeia, que decorreu na capital da Costa do Marfim, a semana passada.

Mais de 80 chefes de Estado e de Governo participaram no encontro que teve como tema 'Investir na Juventude para um Futuro Sustentável'. Em Abidjan, foi analisada também a proposta do 'Plano

Marshall' sobre a criação de um programa Erasmus para jovens empreendedores, avançada pelo presidente do Parlamento Europeu (PE), António Tajani.

A União Europeia prevê investir, pelo menos, 3,4 milhões de euros em África. Energia sustentável e conectividade, para atrair investimentos para a eficiência energética e nas energias limpas, deverão ser áreas prioritárias. Agricultura sustentável, cidades sustentáveis e desenvolvimento pelo digital são também áreas cruciais em que Bruxelas quer captar investimento privado. A primeira cimeira UE-África realizou-se no Egipto, em 2000.

*Com agências



A União Europeia prevê investir, pelo menos, 3,4 milhões de euros em África.

PRINCIPAIS ACORDOS

ESTRATÉGIA CONJUNTA

A Estratégia Conjunta África-UE foi adoptada em 2007, enquanto canal formal para as relações da União Europeia com os países africanos, tendo sido aprovada pela União Africana e pelas instituições da UE, bem como pelos países africanos e da União Europeia. Esta estratégia é executada por planos de acção periódicos. Em 2014, os países africanos e da UE aprovaram o roteiro para 2014-2017, que fixa cinco grandes prioridades e domínios de acção conjunta.

CORNO DA ÁFRICA

Em 2011, a UE adoptou um Quadro Estratégico para o Corno de África que descreve as medidas a tomar pela UE para ajudar o povo daquela região a alcançar a paz, estabilidade, segurança, prosperidade e a responsabilização de quem os governa. O quadro estratégico levou, entre outras coisas, à elaboração da iniciativa de apoio à resiliência no Corno de África (SHARE) (2012) e o Plano de Acção de Luta contra o Terrorismo para o Corno de África e o Iémen (2013).

GOLFO DA GUINÉ

Os países da região do Golfo da Guiné debatem-se com uma crescente instabilidade devido à falta de controlo sobre as águas costeiras e a própria costa, o que aumenta as actividades criminosas como o tráfico de drogas, de seres humanos, de armas, de diamantes e de medicamentos de contrafeição. A pirataria, roubo de petróleo e pesca ilegal engrossam a lista de crimes na região. Em Março de 2014, foi elaborada uma estratégia para o Golfo da Guiné que descreve a forma como a UE pode ajudar a combater estes problemas.

COMÉRCIO

A UE negociou uma série de Acordos de Parceria Económica (APE) com 48 países da África subsariana, no quadro do Acordo de Cotonu. Estes acordos visam criar uma parceria de comércio e desenvolvimento, com o apoio da ajuda ao desenvolvimento. Os 28 países europeus financiam programas e iniciativas de desenvolvimento de que beneficiam vários países africanos. A maior parte do financiamento provém do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que dispõe de um orçamento de 30,5 mil milhões de euros para o período de 2014-2020.

MIGRAÇÃO

Em Novembro de 2015, a UE e os dirigentes africanos dos países mais afectados pela migração chegaram a acordo sobre o Plano de Acção de Valeta, que compreende 16 medidas concretas para fazer face ao fluxo maciço de migrantes que vão para a Europa. Em Fevereiro de 2017, os dirigentes da UE adoptaram a Declaração de Malta, em que declaravam a intenção de intensificar a cooperação com a Líbia, que é o principal país de onde partem os migrantes para a Europa.

SEGURANÇA

A União Europeia lançou várias missões e operações militares e civis em África, no âmbito da política comum de segurança e defesa (PCSD). Actualmente, há missões da UE destacadas em cinco países: República Centro-Africana, Líbia, Mali, Níger e Somália.

NÚMEROS

Saldos da balança comercial

- Em 2014, cifrou-se em 1,9 mil milhões de euros, favorável ao continente africano.
- Em 2015, foi de 21,6 mil milhões de euros a favor dos europeus.
- Em 2016, fixou-se em 28,5 mil milhões de euros, excedentária para a EU.
- Em 2017 (até Agosto), o saldo permanece favorável a EU, rondando os 13,1 mil milhões de euros.



A **RÚSSIA** rejeitou o apelo dos EUA para que Moscovo corte vínculos comerciais com a Coreia do Norte em represália pelo mais recente lançamento norte-coreano de um míssil.



O **GOVERNO** de Cabo Verde pretende aumentar o salário mínimo de 11 mil para 13 mil escudos (139 dólares) a partir de 2018. A proposta foi já aprovada pelo parlamento cabo-verdiano.

PETRÓLEO

OPEP mantém cortes

O presidente rotativo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Khalid al Falih, apelou a todos os países-membros que “mantenham o rumo” do actual corte de produção para estabilizar o mercado. No discurso inaugural da 173ª reunião ministerial da OPEP, Khalid al Falih afirmou que “cada país-membro deve assumir plena responsabilidade pela sua contribuição. É a única forma para obter êxito”.

A OPEP e outros dez países produtores, entre os quais a Rússia, discutem se estendem, e por quanto tempo, o acordo de retirar do mercado 1,8 milhões de barris diários de petróleo para estabilizar o mercado. Os países signatários deste pacto, vigente desde o início de Janeiro e vai até Março, discutem se devem estender essa política por seis meses

ou, como defende a maioria, nove meses, até ao final de 2018.

Com essa política de cortes, os preços subiram nos últimos meses acima dos 60 dólares por barril, o nível mais alto dos dois últimos anos. “O sentimento no mercado é positivo, a tendência de recuperação acelerou-se e os ‘stocks’ estão a diminuir em geral”, comentou o actual líder da OPEP que acumula com as funções de ministro dos petróleos saudita. “Este resultado deve-se a 100 por cento ou mais do cumprimento dos objectivos de produção, pelo esforço conjunto da OPEP e dos países fora da OPEP (de cortar a produção)”, acrescentou. Falih assegurou que a credibilidade da OPEP “cresceu” devido a este acordo, ainda que tenha reconhecido que alguns países “ficaram para trás”. “Mas esperamos que possam cumprir nos próximos meses. Todos os produtores de petróleo beneficiaram desta situação, tanto dentro como fora da OPEP”, concluiu o ministro saudita.



Os preços subiram nos últimos meses acima dos 60 dólares por barril.



As criptomoedas movimentam cerca de 285 mil milhões de dólares.

MOEDA VIRTUAL EM ALTA

Bitcoin nos 10 mil dólares

A moeda virtual britânica, a bitcoin, registou uma subida de 40% em duas semanas atingindo o valor de 9.679,51 dólares. O câmbio da moeda virtual bitcoin está à beira de ultrapassar a fasquia histórica dos 10 mil dólares.

Criada por activistas da Internet à sombra do site WikiLeaks, o bitcoin teve uma popularidade reforçada pelo período do ‘Black Friday’, o Dia de Acção de Graças nos EUA que é aproveitado para as lojas saldarem produtos, mas também pela adesão de investidores institucionais, com a anunciada criação de um novo índice de futuros do bitcoin em Chicago.

Desde o início do ano, que o valor da unidade monetária virtual se multiplicou quase por dez, para se situar nos 9.679,51 dólares na semana passada.

A escalada da moeda deve-se também ao mercado especulativo japonês, um grande investidor nas criptomoedas. No Zimbábue, e a título de exemplo, o valor do bitcoin atinge os 17.800 dólares quando os investidores procuram um refúgio seguro após a renúncia do presidente Robert Mugabe.

Actualmente, as chamadas criptomoedas movimentam cerca de 285 mil milhões de dólares, das quais mais de metade circulam através dos 13 milhões de contas em bitcoins. Outra divisa virtual, o ethereum, quebrou igualmente um novo recorde ao atingir o valor de 485 dólares no domingo.

PROCURA AUMENTA

China compra soja do Brasil

Empresas brasileiras já exportaram para a China cerca de 50 milhões de toneladas de soja desde o início do ano até Outubro, devendo esse número vir a aumentar até ao final do ano por a procura chinesa não mostrar sinais de arrefecimento, de acordo com dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

O presidente da Abiove, Fábio Trigueirinho, prevê que os produtores brasileiros de soja devam terminar o ano com “balanço positivo”, tendo em conta que a procura não pára de aumentar. “As exportações brasileiras de soja não dão sinais de reduzir nos próximos meses, que é atípico para este período do ano e que demonstra que há compradores interessados na nossa soja.”

Em Outubro, as importações chinesas de soja brasileira registaram um aumento de 132% para 3,4 milhões de toneladas, comparativamente com o período homólogo de 2016, ao produto brasileiro a revelar competitividade no mercado mundial, de acordo com dados das alfândegas da China.

As alfândegas chinesas informaram que, em termos acumulados, as empresas brasileiras exportaram para o país 46 milhões de toneladas desde o início do ano, quantidade que representa um aumento homólogo de 24,4%.



ÁFRICA DO SUL

Empresas menos confiantes

A confiança das empresas sul-africanas passou para terreno negativo neste último trimestre do ano, apesar da ligeira melhoria na confiança do comércio automóvel, mas prejudicada pela fraqueza

na distribuição e na indústria.

A conclusão é do índice de confiança empresarial do Rand Merchant Bank (RMB), compilado pelo Bureau for Economic Research, segundo o qual, no global, a confiança das empresas sul-africanas caiu para 34 pontos quando no ano anterior estava em 35 pontos, permanecendo abaixo da marca de 50

que separa os territórios negativos positivos dos negativos.

A África do Sul emergiu de uma recessão no segundo trimestre, uma vez que a agricultura ajudou a expansão da economia mais do que o esperado, mostram os números oficiais. Mas o país também sofreu repetidos escândalos de corrupção de alto nível e turbulência

política. “O governo tem uma estreita janela de oportunidade para implementar um plano de acção para mudar as perspectivas de crescimento a longo prazo do país. Precisamos de soluções arrojadas e impopulares para o atolamento da África do Sul”, disse Etienne Le Roux, economista-chefe da RMB.

O vice-governador do banco central, Daniel Mminele, avisou, em Outubro, que o crescimento do PIB provavelmente não seria mantido nos níveis alcançados no segundo trimestre.

Ambiente

PRIMEIRA FASE DO PROCESSO TERMINA EM 2018

Projecto prevê replantar 250 mil eucaliptos no Huambo e Benguela

REFLORESTAÇÃO. Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) acredita que a iniciativa vai recuperar os perímetros florestais e trará “benefícios” ambientais e sociais com a criação de postos de trabalho.



Na Ganda, em Benguela, está uma das maiores fazendas de eucaliptos.

Pelo menos, 275 mil espécies de eucaliptos devem ser plantadas no Huambo e Benguela no âmbito de um projecto que foi recentemente relançado no Alto Catumbela, em Benguela.

Numa primeira fase, entre 2017 e 2018, o projecto, que é uma iniciativa da empresa ‘Estrela da Floresta’, vai colocar 50 mil plantas de eucaliptos no Alto Catumbela numa área já preparada de 230 hectares.

Só na altura do relançamento do projecto, na passada semana, no Alto Catumbela, foram colocados no solo 11 mil eucaliptos, cujo período de florestação para a sua uti-

lização e aproveitamento de exploração de madeira, industrialização de celulose e papel ou produção de laminados, é de entre oito e 15 anos.

No primeiro trimestre deste ano, foi criado um viveiro, no recinto fabril do Alto Catumbela, onde existem, actualmente, 90 mil mudas, das 500 mil de capacidade prevista de espécies de eucaliptos, que devem ser colocadas em 500 hectares, até 2019.

PROJECTO “BENÉFICO”

Para o consultor Simão Jau, afecto ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), a recuperação de perímetros florestais trará “benefícios” quer florestais, ambientais, quer sociais.

Simão Jau considerou “importante” o trabalho que a empresa Estrela da Floresta pretende com a sua actividade, uma vez que, para

90

Mil mudas encontram-se no recinto fabril do Alto Catumbela.

MEMORIZE

● No Alto Catumbela, foram colocados 11 mil eucaliptos, cujo período de florestação para utilização e aproveitamento de exploração de madeira, industrialização de celulose e papel ou produção de laminados, é de entre oito e 15 anos.

além do repovoamento florestal, está igualmente a proporcionar o primeiro emprego a muitas famílias locais.

Referiu que, com a instalação da empresa, muitos jovens encontraram o seu primeiro emprego e o seu crescimento dará mais postos de trabalho e fortalecerá a base de produção florestal.

O responsável afirmou que o IDF, como órgão gestor da política florestal no país, está satisfeito com o desenvolvimento do referido projecto e, sobretudo, com as primeiras replantações da espécie, “uma iniciativa que deve ser incentivada para se continuar nesta senda do progresso”.

Para Simão Jau, com esse engajamento, será possível fazer a recuperação dos perímetros florestais,

dada a necessidade de substituir as antigas plantações, que há muito atingiram a sua fase de maturidade, pelas novas espécies de eucaliptos.

Já o docente da faculdade de Ciências Agrárias do Huambo Lino Manuel Sangumba considerou que a empresa Estrela da Floresta surge para “revolucionar a actividade no sector florestal”, cuja presença de estudantes do curso de engenharia florestal no evento, decorrido recentemente no Alto Catumbela, constituiu um incentivo para o emprego.

Acrescentou que o actual momento exige a diversificação da economia, cujas apostas para o sector florestal são a formação dos seus técnicos, com conhecimentos teóricos e práticos, para o ingresso nas possíveis empresas que podem proporcionar o emprego.

Educação & Tecnologia

UAN ASSINOU ACORDOS COM UNIVERSIDADE ZAMBEZE

Angola e Moçambique reunidas para analisar ensino superior



NO BRASIL

Governo assina declaração de Florianópolis

Angola assinou a 20 de Novembro, a Declaração de Florianópolis que determina a criação do Centro Internacional de Investigação do Atlântico (Air Center), bem como a formação de uma comissão instaladora que definirá um plano financeiro e de implementação desta plataforma internacional e intergovernamental.

A assinatura do documento coube à ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria do Rosário Bragança Sambo, no âmbito da 2.ª reunião internacional de 'Diálogo sobre Indústria, Ciência e Governança nas Interacções do Atlântico' realizada de 20 a 21 do mês passado, em Florianópolis, no Brasil.

A adesão de Angola ao projecto permitirá a criação de capacidades no país sobre as áreas de investigação, a integração de investigadores e instituições em redes internacionais de investigação e gestão de dados sobre o Atlântico, a partilha de dados científicos, o acesso a tecnologias disponíveis para o estudo do clima, terra, espaço e oceanos.

A criação do Air Center visa estabelecer um mecanismo de coordenação do projecto interacções do Atlântico e uma plataforma apostada no desenvolvimento de actividades de investigação nas áreas do clima, terra, espaço e oceanos e que permitirá promover o emprego científico de recursos humanos altamente qualificados.

CONFERÊNCIA. Em discussão estiveram 'Os Desafios da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa em tempos de austeridade, Experiências e Lições', 'Os desafios do Desenvolvimento' e 'O Papel das Instituições de Ensino Superior'.

Uma delegação chefiada pelo secretário de Estado para o Ensino Superior, Eugénio da Silva, participou, na passada semana, na VII edição do Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (Forges), que decorreu em Maputo, Moçambique.

O encontro decorreu sob o lema 'O papel do Ensino Superior para o Desenvolvimento dos Países de Língua Portuguesa' e foi co-organizado pelo Forges e a Universidade Eduardo Mondlane.

A reunião contou com o apoio de instituições de ensino superior de Moçambique, entre públicas e privadas, designadamente, a Universidade Zambeze (UniZambeze), o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), Universidade Politécnica e a Universidade Pedagógica.

O fórum foi co-organizado pela Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique.



A comitiva angolana aproveitou a ocasião para assinar um protocolo de cooperação entre a Universidade Agostinho Neto (UAN) e a UniZambeze, uma instituição pública de ensino superior, criada pelo governo de Moçambique a 18 de Dezembro de 2007.

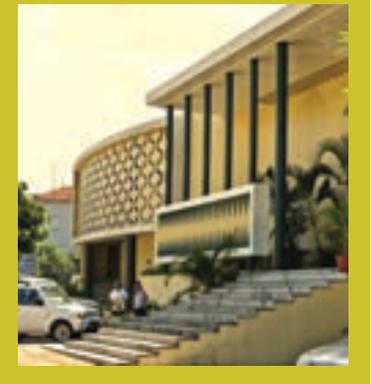
O encontro proporcionou aos auditores a oportunidade de reflec-

tirem sobre a missão da educação superior para o desenvolvimento dos países e regiões de língua portuguesa.

A conferência reuniu personalidades com responsabilidades na gestão universitária, formuladores, avaliadores de políticas públicas do ensino superior, pensadores e pesquisadores da área, que fize-

MEMORIZE

● A comitiva angolana aproveitou a ocasião para assinar um protocolo de cooperação entre a Universidade Agostinho Neto (UAN) e a UniZambeze, uma instituição pública de ensino superior, criada pelo governo de Moçambique a 18 de Dezembro de 2007.



ram um exercício de educação comparada e de articulação entre instituições, responsáveis e estudiosos do sector, através de partilha de experiências.

Outro dos propósitos da conferência é estreitar os laços de cooperação universitária dos países de língua portuguesa.

Ao longo do evento, os conferencistas distribuídos por painéis e sessões paralelas, discutiram 'Os Desafios da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa em tempos de austeridade: Experiências e Lições', 'Os desafios do Desenvolvimento' e 'Qual o Papel das Instituições de Ensino Superior?'.

A comitiva angolana foi ainda integrada pelo reitor em exercício da Universidade Agostinho Neto (UAN), Pedro Magalhães, o vice-reitor para a Extensão e Cooperação da UAN, Agatângelo Eduardo, e o director do Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governança Local da UAN, Carlos Teixeira.

Marcas & Estilos

Ócios ideais

Esta é uma obra que teve as mãos da Smithers e dá-lhe garantias de ter propriedades quentes no seu local de trabalho, no ambiente doméstico ou durante as reuniões de negócios. Esta peça de carro é o assento ideal para os seus momentos mais sublimes. Disponível em couro vermelho completo ou em assentos de madeira.

Emblemáticas

As sapatilhas desta marca são daquelas peças que dispensam comentário. A Air Jordan 3 'True Blue' reactualizou a sua imagem emblemática de 1988 com uma combinação de couro branco perfeitamente original.

Versátil

É da moda e conversível. A carteira da Carol é versátil, com muitas cores, e adapta-se aos vários estilos do seu guarda-roupa. A qualidade do material das únicas 88 bolsas fabricadas é excelente.

Astral em cima

Semelhante a dois corações, os pingentes triangulares dourado nunca estão separados. Se procura um colar para se sentir sempre com o astral em cima, a escolha não podia ser melhor que este Zinc Alloy, com uma aparência irrepreensível.

Definido por lei

Momentos históricos e memoráveis na relojoaria suíça não são apenas um capítulo, mas um livro inteiro – e 1971 é um ano importante da marca Swiss e que deve ser observado de forma célebre. Os padrões do GW mudaram ao longo do tempo e nem sempre foram definidos por lei.

Design nítido

A série 69 da CNC é, provavelmente, a mais bem-feita que algum dia existiu. Com a ajuda deste dispositivo, pode perfurar um orifício de seis a nove milímetros no seu charuto – dependendo do seu tamanho. O design nítido é extremamente compacto e fácil de transportar; Caberá perfeitamente em qualquer bolso.

RESTAURANTE

Mirantes: impossível resistir

Não há dúvidas de que o nosso país é gastronomicamente apaixonado por carne. E não há sítio melhor para provar isso mesmo que não seja num dos mais requintados restaurantes de Luanda, onde os pratos de bife chegam a ser indispensáveis. Nos Mirantes, ao Benfica, está a melhor qualidade e variedade de carnes. É uma espécie de rodízio. Dizem os seus grandes frequentadores que é quase "impossível" resistir ao fillet mignon simples e com bacon, ao entrecosto, à maminha, à alcatra, à fantástica picanha rainha da casa, à perna de Borrego ou à fraldinha. Aos fins-de-semana, garante a gerência, é possível degustar fillet mignon com bacon e queijo, lombo de porco recheado, coração de frango, alcatra de queijo e o famoso carrinho de leitão.



AUTOMÓVEL

Chrysler: 60 anos de história

Está para vir, aparentemente, o modelo que vai conseguir 'mimar' tanto o motorista quanto a Chrysler com o 300C. O sedã gigante da marca americana traz vários equipamentos que fazem de tudo para que o convívio a bordo seja o mais agradável possível.

Embora produzido no Canadá, o 300C é feito para agradar ao público e as suas peculiaridades quer de mercado, quer de clima. As duas condições merecem destaque na hora de

entender o modelo que tem mais de 60 anos de história.

Ao abrir a porta, o banco recua e o volante fica no limite da altura, para facilitar o embarque. É possível memorizar os ajustes.

Com tantos equipamentos, o conjunto mecânico do executivo tende a ser ofuscado. Apenas até o motorista dar a partida. O V6 de 3.6 litros Pentastar desenvolve 296 cavalos, ou 10 cv a mais do que no modelo pré-facelift, e 36 kgfm de torque.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 5 DE JANEIRO

Exposição 'Papéis' de Hildebrando de Melo no Memorial António Agostinho Neto. Às 18 horas. Entradas livres.

6 DE DEZEMBRO

Lançamento do livro 'Outros sorrisos nos nossos lábios', de Kiocamba Cassua, no Centro Cultural Português. Às 18 horas. Entradas livres.

8 DE DEZEMBRO

Festival 'Travessia do Oceanos' com Euclides da Lomba e Banda Maravilha, no Centro Cultural Português. A partir das 19 horas.

8 E 9 DE DEZEMBRO

1.º Festival 'Jazz no Kubico/Fusion' com Anabela Aya, Selda, Irina Vasconcelos, Totó, Jack Nkanga e DJ Paulo e Ricardo Alves, no Clube Naval de Luanda. A partir das 17 horas. Ingressos a 5.000 kwanzas.

16 DE DEZEMBRO

Gala FAF 'Prémios de Futebol Palancas Negras', a partir das 19 horas no Centro de Conferência de Belas.

“A música angolana tem muitas pérolas e é de cultura rica, tem muito valor e potencial para ser ouvida no resto do mundo. Precisa de políticas mais agressivas. Temos de assumir mais aquilo que somos.”

TOTY SA'MED, COMPOSITOR, PRODUTOR E INSTRUMENTISTA

“Neste momento, o país não tem condições para grandes ‘shows’”

MÚSICA. Influenciado pelo rock, rap, jazz e música africana, Toty Sa'med tem dado passos significativos na carreira. Abriu concertos em França, fez parcerias em Cabo Verde e foi reconhecido em Portugal. Aos 31 anos, acredita que, de momento, devido à situação financeira, “o país não tem condições para grandes espectáculos”.

Por Lúcia de Almeida

Como surgiu o convite de Sara Tavares?

A Sara apostou na minha capacidade de compor e pediu-me ajuda para terminar a canção ‘Brincar de Casamento’. Mandei a minha contribuição e ela achou melhor que eu fizesse parte da canção. Aceitei, nem contava com isso, esperava apenas ser um parceiro de composição e acabei por ser um dos protagonistas.

Que repercussões tem tido?

Têm sido muito positivas. A Sara tem uma carreira consistente, frutuosa e um percurso muito bonito. Muitas vezes, as pessoas não acreditam de imediato no nosso potencial porque precisam de ver mais o nosso trabalho e depois as coisas desbloqueiam-se naturalmente.

Abriu o concerto de Ana Moura em Paris. O que isso significa para si? Consegui algo muito importante. Senti-me a defender a nossa bandeira.

Foi uma honra, porque Ana Moura é uma artista excelente e por quem tenho muito apreço. Fui muito bem-recebido e começo a confirmar que o público francês sabe apreciar um concerto. A energia que recebi do público foi maravilhosa, foi um dos melhores momentos da minha vida.

Os angolanos sabem estar em concertos?

Precisamos de aprender. Não digo só concertos musicais, mas também teatrais. No último espectáculo de teatro em que estive, parecia que existia duas apresentações; uma no palco e outra na plateia. Porque as pessoas também queriam dar o seu ‘show’. Não sabemos quando bater palmas nem quando devemos ficar calados.

Como concilia os trabalhos?

Para ser um bom compositor, é necessário ler muito, estar atento ao trabalho dos outros artistas e partilhar as nossas composições com outras pessoas. Como instrumentista, treino quatro horas por dia sem intervalos.

No álbum ‘Ingombota’, incluiu clássicos angolanos. O que o levou a tal experiência?

Primeiro, a responsabilidade. Mesmo não sabendo falar kimbundu, era mesmo a vontade e a responsabilidade de passar isso para a minha geração e para a geração que vem a seguir, e influenciar e mostrar ao ‘mundo’ que, em Angola, existem músicas com qualidade desde sempre.

Quando interpreta uma música em kimbundu, consulta os ‘mais velhos’?

O que aconteceu com o ‘Ingombota’ foi uma aventura que eu não repito. Porque não tinha levado o projecto tão a sério. Até é mau dizer isso, mas se eu tivesse levado mais a sério, talvez tivesse consultado os ‘mais velhos’.

Cometeu erros?

Com o tempo fui dando conta que cometi alguns erros. Fiz o contrário, depois de gravar é que fui perguntado se estava tudo certo. E recebi



PERFIL

Nascido a 18 de Maio de 1989, em Luanda, Erickson Medeiros, ou simplesmente Toty Sa'med, é um cantor, produtor, compositor e instrumentista da nova música angolana que tem influenciado as novas gerações. Aos 12 anos, começou a produzir rap, kuduro e kizomba. Um ano depois, passou a dedicar-se à guitarra. A música brasileira foi uma das grandes influências musicais.

algumas correções. O facto de não aprendermos as nossas línguas criou impasse. Estava em Lisboa, quando resolvi gravar o disco e não havia ninguém por perto. Foi uma decisão tomada do ‘dia para a noite’.

Sente-se uma referência?

Sinto que ajudo a minha geração a

encontrar-se. Sirvo de espelho principalmente para os mais novos. Fiz um disco de forma independente só com a minha vontade e começo a perceber que alguns colegas estão a arriscar-se mais.

Como vê a música angolana?

A música angolana tem muitas pérolas e é de cultura rica, tem muito valor e potencial para ser ouvida no resto do mundo. Precisa de políticas mais agressivas. Temos de assumir mais aquilo que somos. Vemos a música do Mali e da África do Sul em patamares altíssimos. Temos o nosso Bonga, Waldemar e Mukenga, depois não houve seguimento. Quem mais foi atrás? Ninguém. A nova geração tem de seguir os passos e continuar com as pegadas dos ‘mais velhos’.

A nova geração tem seguido?

Há um espaço geracional entre a minha e a geração dos ‘mais velhos’, vemos muito poucos despontarem.

Posso citar o Paulo Flores, que muito bravamente teve a coragem de aventurar-se em mares desconhecidos.

Quais são as suas referências?

São várias e constantes. Tudo o que oiço até hoje são influências. Todo o mundo percebe na minha musicalidade influências óbvias. Desde o Brasil ao jazz e a música moderna angolana ou dos anos de 1970.

O seu estilo rende?

Sim. Dá para viver deste estilo de música, até porque um artista, independentemente do estilo, depois de um certo patamar, consegue cobrar ‘cachets’ que justifiquem o esforço e paga as contas, mesmo que não faça 20 ou 30 ‘shows’ por mês.

Tem outro disco a caminho?

Não, ainda não tenho. Porque, de momento, não temos estruturas financeiras para realizar actividades de forma mais organizada e simples. Tinha vontade de lançar um disco amanhã, mas faltam estruturas. Estou a fazer de tudo para criar condições.

Sente a sua música valorizada?

A música que faço tem o valor que procuro dar. E só não é mais valorizada porque, se calhar, devia ser mais promovida. Nos meus concertos, as pessoas batem palmas como se estivessem num ‘show’ de kuduro. Quando tem qualidade, independentemente do estilo, as pessoas reagem.

Vê aposta na música alternativa?

Numa perspectiva mais global, não está a haver concertos em Angola. Nem os ‘grandes artistas’ estão a fazer espectáculos. Nós, os ‘pequenos e médios’, estamos a fazer mais concertos do que os artistas grandes. Porquê? Os artistas grandes precisam de estruturas maiores para fazerem ‘shows’ e, neste momento, o país não tem condições para grandes ‘shows’. Hoje, devido ao contexto, é mais fácil fazer um concerto pequeno e cobrar de dois a cinco mil kwanzas.

NÚMEROS DA SEMANA

600

É o número de autocarros da empresa de transportes TCUL que estão parados há três anos no Cazenga por falta de assistência mecânica.

3,5

Milhões de euros é o valor que a União Europeia vai disponibilizar às organizações da sociedade para reforço da participação cívica nas políticas públicas.

12

Por cento é a contribuição do sector agrícola actualmente no Produto Interno Bruto (PIB), um valor considerado baixo pelo Governo.

179

É o número de unidades fabris, maior parte de pequeno porte, que estão inoperantes no Huambo, por razões desconhecidas, alertou a direcção da indústria local.

EM OUTUBRO

Reservas internacionais recuperam

As reservas internacionais angolanas recuperaram ligeiramente em Outubro, meio ponto percentual face a Setembro, para 15.358 milhões de dólares, mantendo-se em mínimos históricos e pela metade do valor contabilizado antes da crise, no início de 2014.

A informação foi avançada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), através do seu site, indicando que, no espaço de um mês, se registou uma recuperação de 64 milhões de dólares. Um dado que pode ser entendido como o primeiro grande feito da era José Massano, desde que reassumiu a pasta de governador do Banco Central.

Estas reservas são necessárias nomeadamente para garantir impor-

tações de alimentos, maquinaria ou matéria-prima para as indústrias e já perderam, em valor, desde Janeiro, mais de 5.449 milhões de dólares.

Estes dados, de Outubro, incorporam ainda uma revisão em alta



das reservas no mês de Setembro, antes estimadas em 15.087 milhões de dólares, para 15.294 milhões de dólares.

No início de 2014, antes da crise da cotação do petróleo, as reservas angolanas ascendiam a 31.154 milhões de dólares.

As reservas angolanas actuais garantem o equivalente a menos de meio ano de importações de alimentos, bens e equipamentos, tendo em conta as necessidades, numa altura de forte contenção na disponibilização de divisas aos bancos.

As reservas contabilizadas pelo BNA são constituídas com base em disponibilidades e aplicações sobre não residentes, bem como obrigações de curto prazo.

ACUSAÇÕES DA COMPANHIA PETROLÍFERA SBM

Holandeses ‘subornam’ na Sonangol

A companhia holandesa SBM, que presta serviços petrolíferos, declarou-se culpada, num tribunal norte-americano, por subornar, quadros das petrolíferas estatais de Angola, Guiné-Equatorial e Brasil, aceitando pagar 238 milhões de dólares para fechar o processo, noticiou a Lusa.

Em causa está a actividade da SBM, empresa com 7.000 trabalha-

dores e especializada na construção de plataformas petrolíferas, e da sua subsidiária nos Estados Unidos, com sede em Houston, que, segundo informação do Departamento de Justiça norte-americano, estava a ser investigada por violação da legislação anticorrupção Foreign Corrupt Practices Act (FCPA).

“A SBM USA declarou-se cul-

pada”, avançou o Departamento de Justiça, citado pela Lusa, confirmando que a empresa vai pagar aquela penalização, para encerrar o processo.

Além das petrolíferas dos três países produtores de petróleo de língua oficial portuguesa, a investigação norte-americana envolvia o pagamento de subornos pela SBM também no Cazaquistão e no Iraque, num “esquema de corrupção”, entre 1996 e 2012, que “envolvia alguns dos mais altos quadros da companhia”, conforme declarou o procurador John Cronan, do Departamento de Justiça norte-americano.

Os subornos terão envolvido, altos quadros da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), da Sonangol e da Petróleos de Guiné-Equatorial (GEPetrol).



UNIÃO EUROPEIA

TAAG

escapa à lista negra

A TAAG não consta da ‘lista negra’ das companhias de aviação proibidas de operar na União Europeia (UE), actualizada, na passada sexta-feira.

A lista de segurança aérea das companhias proibidas de voar no espaço europeu continua a incluir, no entanto, as outras transportadoras de Angola e de São Tomé. No caso de Angola, a TAAG só deverá voar com os aparelhos Boeing B737-700, Boeing B777-200, e Boeing B777-300. Em Maio, as companhias aéreas certificadas em Moçambique foram retiradas da lista.

Fora de África, a lista passa a incluir, entre outras, a Avior Airlines, da Venezuela, que deixa de poder voar para Barcelona e Valência (Espanha).

Segundo os dados, 178 companhias estão proibidas de operar na UE, sendo que 172, certificadas em 16 países, estão na lista negra devido à falta de fiscalização de segurança por parte das autoridades nacionais competentes.

O VALOR ESTA SEMANA

ADMITE GOVERNO

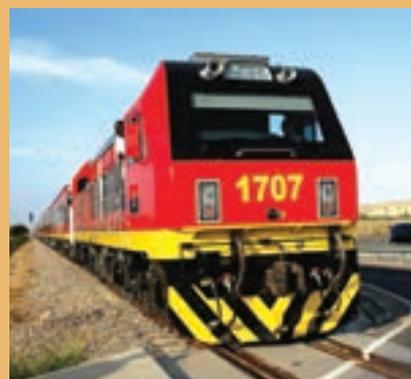
Telecom ‘difícil’

A reestruturação da Angola Telecom “não está a ser um processo fácil” pelo estado em que se encontra e o Executivo está “bastante preocupado” com a empresa, reconheceu o ministro das Telecomunicações e Tecnologia de Informação e Comunicação, em conferência de imprensa. Pág.19

LIGAÇÃO ANGOLA/RDC

‘Luz verde’ aos CFB

O primeiro carregamento de manganês, oriundo da RDC, através do Caminho-de-Ferro de Benguela, poderá já arrancar a 14 de Dezembro, admitiu o presidente da RDC, Joseph Kabila, durante a recente visita do ministro dos Transportes, Augusto Tomás, àquele país, revelou ao Valor fonte ministerial. Pág.8



PARA PARCERIAS LOCAIS

Fundo tailandês no país

O fundo empresarial tailandês Centennial Energy Thailand tem disponíveis 50 mil milhões para investir na formação de parcerias com empresários nacionais ligados ao sector produtivo. O acordo foi assinado a 30 de Novembro na Unidade Técnica Para Investimento Privado (UTIP). Pág.16